

CONTRATO Nº 2014/8593-0001 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, E A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DECORRENTE DO RDC ELETRÔNICO Nº 2013/13750 (9600) REALIZADO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 12.462 DE 04 DE AGOSTO DE 2011, E ALTERADA PELA LEI Nº 12.833, DE 20 DE JUNHO DE 2013, E REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011 E PELO DECRETO Nº 8.024, DE 04 DE JUNHO DE 2013, E, QUE ENTRE SI FAZEM NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O NÚMERO 13.564.476/0001-05, LOCALIZADA NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 09, EDIFÍCIO PARQUE DA CIDADE CORPORATE, TORRE "C", 5º E 6º ANDARES, BRASÍLIA-DF, CEP 70.308-200, ADIANTE DENOMINADA **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADA PELO BANCO DO BRASIL S.A., SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, COM SEDE EM BRASÍLIA (DF), INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O NÚMERO 00.000.000/0001-91, NESTE ATO REPRESENTADO PELO(S) ADMINISTRADOR(ES) NO FINAL QUALIFICADOS E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA, LOCALIZADA NA RUA OTAVIO MACHADO Nº 120, TAQUARAL, CAMPINAS-SP, CEP 13.076-160, CNPJ 05.492.205/0001-55, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SR. TAIRI TONON GOMES, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 43.458.539-7 SSP/SP, CPF Nº 331.913.758-13, SÓCIO ADMINISTRADOR, ADIANTE DENOMINADA **CONTRATADA**, CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. A MINUTA DO PRESENTE CONTRATO FOI APROVADA PELA NOTA JURÍDICA DIJUR-CTRIS/ADLIC Nº 2013/1002, DE 3.4.2013 E PELOS PARECERES JURÍDICOS DIJUR/PROGRAMA SERVIÇOS EM INFRAESTRUTURA Nº 2013/2090 DE 01.08.2013 E Nº 012/2013 DE 20.08.2013.

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a elaboração de estudos, relatórios, planos e projetos compreendendo assessoria e todos os serviços e procedimentos especificados e necessários para obtenção do licenciamento ambiental das obras de instalação, reforma e regularização dos aeródromos regionais integrantes do "Programa Investimento em Logística Aeroportos", do Governo Federal, para os aeródromos localizados em municípios do Estado de Goiás, constantes no **Documento nº 1** deste Contrato, e conforme Carta-Proposta [28.11.13], obrigando-se a **CONTRATADA** a realizar as tarefas constantes do **Documento nº 1** deste contrato, disponibilizando pessoal necessário para atender a demanda de serviços indicada pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro - Os serviços serão prestados diretamente pela **CONTRATADA**, vedada a cessão, transferência ou subcontratação, total ou parcial, exceto se previstas neste contrato.

Parágrafo Segundo - O presente contrato poderá sofrer acréscimos ou reduções de até 25% (vinte e cinco por cento), a critério da **CONTRATANTE** e mediante aviso formal à **CONTRATADA**, e por meio de aditivo contratual. Desde que acordado entre as partes, as supressões poderão exceder o percentual estabelecido neste parágrafo.

Parágrafo Terceiro - Fica entendido que, efetuados os acréscimos previstos no parágrafo anterior, o novo valor mensal pactuado não poderá ultrapassar em 25% o valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Quarto - Entende-se como VALOR INICIAL ATUALIZADO, o valor inicial do contrato acrescido de eventual reequilíbrio e das repactuações porventura concedidas, desconsiderando os acréscimos ou supressões previstos nesta Cláusula.

VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência deste contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados do início da prestação dos serviços, podendo haver prorrogação, na forma do art. 57, I, ou nas hipóteses do art. 65, ambos da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Os serviços deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias corridos, a contar do dia imediatamente posterior à data da assinatura deste Contrato.

Parágrafo Segundo - Toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e previamente autorizada pela **CONTRATANTE**, passando tal documento a integrar o contrato.

Parágrafo Terceiro - A rescisão deste contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:



CONTRATO Nº 2014/8593-0001 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, E A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

- a) administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.854, de 27.10.99;
- b) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE, mediante aviso prévio por escrito, de 90 dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

Parágrafo Quarto – A rescisão também poderá ocorrer, quando a CONTRATADA:

- a) não apresentar comprovante de garantia na forma da **Cláusula Sétima** para o cumprimento das obrigações contratuais;
- b) motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que a CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;
- c) deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;
- d) vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
- e) vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira; e
- f) utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Sexto - As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra a CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

Parágrafo Sétimo – A rescisão poderá acarretar, de imediato, a critério da CONTRATANTE:

- a) execução da garantia, para ressarcimento, à CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

PREÇO

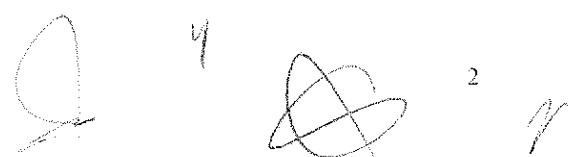
CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de até R\$ 1.202.000,00 (um milhão duzentos e dois mil reais), pela prestação dos serviços objeto deste contrato, correspondente aos valores estipulados no **Documento nº 02** deste Contrato.

Parágrafo Primeiro - Nos valores fixados no "caput" desta cláusula, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços, tais como de pessoal, de administração e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) incidentes sobre o serviço.

Parágrafo Segundo – A prestação dos serviços será solicitada mediante Ordem de Serviço específica (**Documento nº 5**), cuja emissão ficará a cargo do Banco do Brasil S.A., por sua Unidade Programa Serviços em Infraestrutura, representando a União.

REAJUSTE DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA - O reajuste será procedido para cada valor contratado - parcelas, garantia contratual, saldos de parcelas, Serviços Extraordinários e Apropriações de custos a favor da CONTRATANTE -, aplicado somente às parcelas contratualmente vencidas e representará a quantia que deverá ser acrescida ou deduzida daquelas importâncias em consequência da variação do índice de preços definido.



CONTRATO Nº 2014/8593-0001 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, E A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

Parágrafo Primeiro – As bases e condições gerais para reajustamento de preços são as disciplinadas na “Norma para Reajuste de Preços de Contratos”, contida no Decreto nº 1.054, de 07.02.94, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 1.110, de 13.04.94, valendo-se da fórmula prevista no “caput” do art. 5º daquele decreto.

Parágrafo Segundo - Os índices de preços serão calculados pela variação do “Custo Nacional da Construção Civil” de obras públicas – Consultoria (supervisão e projeto), coluna 39, calculados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), na seção de Índices Econômicos da revista “Conjuntura Econômica”, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V [(I_N - I_{NO}) / I_{NO}]$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Saldo contratual inicial;

I_{NO} – Índice inicial refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data fixada para entrega da proposta, pro rata dia;

I_N – Índice relativo à data do reajuste, pro rata dia.

Parágrafo Terceiro - O índice de preços inicial (I_{NO}) será correspondente ao do mês da apresentação da PROPOSTA, sendo que para os Serviços Extraordinários e/ou Apropriações, o (I_{NO}) será o correspondente ao mês da apresentação do respectivo ORÇAMENTO ou PROPOSTA.

Parágrafo Quarto - O reajustamento de preços terá periodicidade anual, a contar da data para apresentação da PROPOSTA que deu origem ao Contrato.

Parágrafo Quinto – O disposto nesta cláusula não impede a eventual concessão de reequilíbrio contratual, na forma do art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93

PAGAMENTO

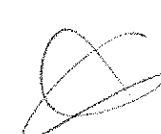

CLÁUSULA QUINTA - O pagamento será creditado em conta corrente, mantida **preferencialmente** no Banco do Brasil S.A., em nome da CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da emissão, pela CONTRATANTE, do Termo de Recebimento, mediante a entrega da Nota Fiscal/Fatura no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Edifício Sede I, 7º andar, Asa Sul, Brasília (DF) – A/C da Divisão de Administração de Contratos. O Termo de Recebimento emitido pela CONTRATANTE deverá ser anexado à Nota Fiscal/Fatura, conforme estipulado no **item 7 do Documento nº 1** deste Contrato, relativo a cada produto/serviço. A Nota Fiscal/Fatura ou Recibo de prestação de serviços deverá:

- a) conter o número do Contrato, o objeto contratual e o mês da prestação dos serviços;
- b) conter a indicação do banco, da agência e do número da conta corrente;
- c) conter a indicação dos serviços prestados, a identificação onde esses serviços foram efetivamente realizados, assim como os respectivos valores proporcionais;
- d) ser entregue à CONTRATANTE com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data do vencimento.


Parágrafo Primeiro - Constatando a CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura de serviços, esta será devolvida à CONTRATADA em, no máximo, 2 (dois) dias úteis a contar da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Neste caso, a CONTRATANTE terá o prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Segundo- A CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

4



3



CONTRATO Nº 2014/8593-0001 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, E A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar, anexa à nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços relativos ao mês de DEZEMBRO, a comprovação da quitação do 13º salário dos empregados da CONTRATADA que executaram o serviço contratado.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA que se declarar amparada por isenção de tributos, não incidência ou alíquota zero, deve informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, apresentando as declarações pertinentes, conforme modelos no **Documento nº 3** deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA se obriga a apresentar junto com a fatura/nota fiscal ou recibo mensal da prestação dos serviços, documento(s) que comprove(m) tanto o pagamento dos salários quanto o pagamento do 13º salário dos seus empregados que executaram o serviço contratado, na forma prevista na **Cláusula Quinta**.

GARANTIA

CLÁUSULA SÉTIMA - A CONTRATADA entregará à CONTRATANTE comprovante de garantia, na modalidade Caução em dinheiro, no valor de R\$ 60.100,00 (sessenta mil e cem reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto.

Parágrafo Primeiro - A garantia deverá ser entregue, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura deste contrato no seguinte endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 1, Edifício Sede I, 7º andar, Asa Sul, Brasília (DF) – A/C da Divisão de Administração de Contratos.

Parágrafo Segundo – O pagamento das faturas poderá ser suspenso quando não apresentada a garantia, no prazo e local estipulados no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – Havendo majoração do preço contratado, fica a critério da CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a integralização da garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do novo preço. No caso de supressão, a alteração na garantia para adequação ao novo valor ocorrerá mediante solicitação da CONTRATADA, respeitado o percentual de 5% (cinco por cento) do novo preço contratado.

Parágrafo Quarto - A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando a CONTRATANTE autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Quinto - Utilizada a garantia, a CONTRATADA obriga-se a integralizá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que for notificada formalmente pela CONTRATANTE.

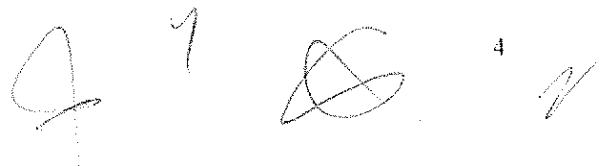
Parágrafo Sexto - O valor da garantia somente será liberado à CONTRATADA quando do término ou rescisão do contrato, desde que não possua dívida inadimplida com a CONTRATANTE e mediante expressa autorização desta.

Parágrafo Sétimo – A garantia a ser apresentada responderá pelo cumprimento das obrigações da contratada eventualmente inadimplidas na vigência deste Contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo de vigência da garantia.

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA OITAVA - Para realização dos serviços ajustados, a CONTRATADA designará responsáveis de seu quadro, especializados e devidamente credenciados, assumindo total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho, assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao presente contrato.

Parágrafo Primeiro - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos mencionados nesta cláusula, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. Caso venha a CONTRATANTE a satisfazê-los ser-lhe-á assegurado direito de regresso, sendo os valores pagos atualizados financeiramente, desde a data em que tiverem sido pagos pela CONTRATANTE até aquela em que ocorrer o ressarcimento pela CONTRATADA.

 4

Parágrafo Segundo - A CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas no "caput" desta cláusula.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA se obriga a substituir, mediante solicitação formal e a critério da CONTRATANTE, qualquer de seus empregados designados para executar as tarefas pertinentes a este contrato, que não esteja correspondendo aos padrões estabelecidos pela CONTRATANTE. A CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação, para proceder à troca, sob pena de multa.

Parágrafo Quarto - Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas regulamentares da "Segurança e Medicina do Trabalho" cabíveis, bem como, se for o caso, a obrigação de organizar "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA."

Parágrafo Quinto - O não cumprimento das obrigações mencionadas no caput desta cláusula ensejará a instauração de processo administrativo em desfavor da contratada para aplicação das penalidades previstas por este instrumento contratual, sem prejuízo de eventual rescisão administrativa do contrato.

CLÁUSULA NONA - A CONTRATADA se compromete a fornecer, por escrito e mediante solicitação da CONTRATANTE, relatório sobre os serviços prestados, acatando sugestões motivadas, visando corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na contratação/licitação. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto a Dívida Ativa - ou outras equivalentes, na forma da lei - expedidas, em cada esfera de governo, pelo órgão competente;
- b) prova de regularidade perante o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito;
- c) prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei 12.440/2011.

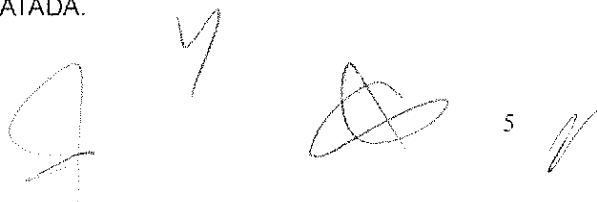
Parágrafo Primeiro - Com exceção da GFIP, os documentos exigidos neste contrato deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por representante da CONTRATANTE devidamente identificado.

Parágrafo Segundo - Se a CONTRATADA estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, na forma exigida no **Parágrafo Primeiro**.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA estará dispensada de apresentar os documentos de que trata esta cláusula, caso seja possível, à CONTRATANTE, verificar a regularidade da situação da CONTRATADA, por meio de consulta on-line ao SICAF.

Parágrafo Quarto - Sendo a CONTRATADA empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Parágrafo Quinto - A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir administrativamente o contrato quando a CONTRATADA não comprovar sua regularidade de situação, na forma descrita nesta cláusula. A rescisão se dará mediante comunicação formal à CONTRATADA.



5

CONTRATO Nº 2014/8593-0001 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, E A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

Parágrafo Sexto – Além dos documentos relacionados no caput desta cláusula, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE os seguintes documentos:

- a) trimestralmente: certidão de infrações trabalhistas emitida pelas Delegacias Regionais do Trabalho da jurisdição onde os serviços são prestados;
- b) anualmente: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhado do demonstrativo das contas de lucros e prejuízos que comprovem possuir o proponente boa situação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A CONTRATADA declara e obriga-se a:

- a) exercer suas atividades em conformidade com a legislação vigente;
- b) não se utilizar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, de trabalho ilegal e/ou análogo ao escravo;
- c) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso;
- d) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e, neste caso, o trabalho não poderá ser perigoso ou insalubre, ocorrer em horário noturno e/ou de modo a não permitir a frequência escolar;
- e) não se utilizar de práticas de discriminação negativa e limitativas para o acesso e manutenção do emprego, tais como por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico etc.;
- f) proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais;
- g) não contratar funcionários que se enquadrem no disposto no **item 8.2** do Edital, observando-se as condições estabelecidas na **Cláusula Trigésima Segunda** deste Contrato.

Parágrafo Único – A CONTRATADA declara, ainda, conhecer o Código de Ética do Banco do Brasil disponível na *Internet*, endereço: <http://www.bb.com.br> (página principal).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Os serviços objeto deste contrato serão fiscalizados por representantes ou comissão de representantes da CONTRATANTE, que terão a atribuição de prestar orientações gerais e exercer o controle e a fiscalização da execução contratual. As orientações serão prestadas diretamente ao preposto da CONTRATADA, designado por ocasião da assinatura do presente contrato, nos termos do art. 68, da Lei nº 8.666/93.

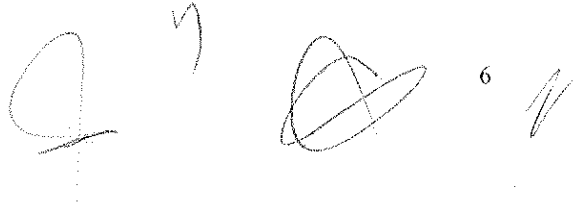
Parágrafo Único – A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de cumprir as obrigações contratuais assumidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Qualquer reclamação sobre a inexecução ou deficiente execução dos serviços ora contratados, deverá ser feita pela CONTRATANTE à CONTRATADA, por escrito, podendo ser entregue mediante protocolo – aviso de recebimento (AR) ou por outros meios com confirmação de recebimento. O não atendimento aos termos da reclamação a que alude esta cláusula, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega da reclamação, facultará a rescisão contratual, sem prejuízo do disposto na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** e da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A CONTRATADA responderá pecuniariamente por danos e/ou prejuízos que forem causados à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dolosos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A CONTRATADA se obriga a informar à CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Caso a CONTRATADA não mantenha as condições de habilitação previamente atestadas, na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, a CONTRATANTE rescindir o contrato.

 6

CONTRATO Nº 2014/8593-0001 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, E A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A CONTRATADA não poderá utilizar o nome da CONTRATANTE, bem como o do Banco do Brasil S.A., ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., relacionados ao objeto ou qualquer disposição deste contrato, sob pena de imediata rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - A CONTRATADA, por seus dirigentes, prepostos ou empregados, compromete-se, mesmo após o término do presente contrato, a manter completa confidencialidade e sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas em razão do presente contrato, reconhecendo que não poderão ser divulgados ou fornecidos a terceiros, salvo com expressa autorização, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA será responsável, civil e criminalmente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou terceiros em virtude da quebra da confidencialidade e sigilo a que estão obrigadas.

Parágrafo Segundo - Para os fins previstos na presente Cláusula, a CONTRATADA obriga-se a manter sob sua guarda e responsabilidade, "Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação", firmado por todos os seus empregados que venham a participar da prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos termos da minuta constante do **Documento nº 6**, que faz parte integrante deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATANTE poderá exigir a qualquer tempo, a apresentação dos Termos a que se refere o **Parágrafo Segundo** desta Cláusula. A CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação, para a apresentação dos documentos solicitados, sob pena da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste contrato, ou na lei em geral, não implica em novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras. Todos os meios postos a disposição neste contrato são cumulativos e não alternativos, inclusive com relação a dispositivos legais.


CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - São assegurados à CONTRATANTE todos os direitos e faculdades previstos na Lei nº 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A CONTRATADA obriga-se a manter à disposição da CONTRATANTE e do Banco do Brasil S.A. todos os elementos necessários ao controle físico, contábil e financeiro da execução dos serviços do presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - A CONTRATADA obriga-se a permitir aos órgãos de fiscalização e controle, entre eles a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União, o livre acesso a todos os elementos necessários ao controle físico, contábil e financeiro da execução dos serviços do presente contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - A CONTRATADA obriga-se a tratar exclusivamente com o Banco do Brasil S.A. sobre as questões relacionadas à execução de serviços resultantes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - A CONTRATADA responsabiliza-se por todos os salários e pelos encargos sociais, e previdenciários relativos ao pessoal técnico e administrativo alocado à execução dos serviços objeto do presente contrato, ficando isenta a CONTRATANTE de qualquer vínculo empregatício ou obrigação trabalhista com o referido pessoal.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – A CONTRATADA deverá abster-se de, sob qualquer forma, ceder ou alocar mão-de-obra para uso em atividades da SAC/PR ou para atividades da responsabilidade da SAC/PR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – A CONTRATADA assume responsabilidade por todas as providências e obrigações legais necessárias ao atendimento dos profissionais alocados à execução dos serviços objeto do presente contrato, no caso de acidente de trabalho ou acometimento de mal súbito, ainda que acontecido na dependência de **AERÓDROMOS PÚBLICOS**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – A CONTRATADA deve assegurar a seus profissionais a concessão dos benefícios obrigatórios previstos nos acordos e convenções de trabalho vigentes para as respectivas categorias profissionais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – A CONTRATADA responde por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da União ou de terceiros, quando tenham sido causados por seus profissionais durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – A CONTRATADA deve reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados nos quais se verificar vício, defeito ou incorreção.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – A CONTRATADA deve abster-se de contratar como funcionários ou prestadores de serviço pessoas que tenham exercido cargo efetivo ou em comissão na Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Comando da Aeronáutica - COMAER, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO ou Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR nos 6 (seis) meses que antecederem a contratação ou durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – A CONTRATADA deverá, ao final da execução contratual, apresentar ao Banco do Brasil S.A. o acervo técnico e a documentação necessária para a operação e manutenção de bens ou equipamentos necessários para a continuidade do serviço, autorizando expressamente o uso desse acervo técnico e da documentação ao operador do AERÓDROMO PÚBLICO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – A CONTRATADA deve ceder ao operador do aeródromo e aos órgãos públicos competentes o direito de uso e de alteração de soluções de tecnologia de informática desenvolvidas ou fornecidas e que sejam necessárias para a gestão ou operação da infraestrutura aeroportuária ou aeronáutica.





CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - A CONTRATADA, na condição de ME ou EPP optante do Simples Nacional, se compromete, quando da entrega da primeira Nota Fiscal/Fatura ou recibo, a apresentar sua solicitação junto à Receita Federal de exclusão do referido regime, em observação ao art. 30, inciso II da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em face do que dispõe o art. 17 da citada Lei Complementar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - Considerando que o CONTRATANTE está submetido às leis orçamentárias federais (LDO-LOA), ficam as partes cientes de que a execução do(s) projeto(s) ao abrigo deste Contrato estará condicionado às respectivas aprovações orçamentárias.

Parágrafo Primeiro - Caso a assinatura deste contrato ocorra antes da publicação, no DOU, das leis orçamentárias federais (LDO-LOA), o prazo global para a execução de todas as obras e serviços e apresentação da garantia, estipulados nas **Cláusulas Segunda e Sétima**, respectivamente, começarão a contar a partir da data daquela publicação.

Parágrafo Segundo – Na hipótese prevista no **Parágrafo Primeiro** desta Cláusula, os prazos de entrega dos produtos/serviços, descritos nos Prazos de Entrega (**Documento nº 1** deste contrato), serão alteradas na mesma proporção do tempo transcorrido entre a assinatura do contrato e a publicação da Lei.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

   8 

CONTRATO Nº 2014/8593-0001 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, E A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - Os atos praticados pela CONTRATADA, prejudiciais à execução do contrato, sujeitam-na às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação de multas, bem como das demais cominações legais;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a União enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e impedimento de contratar com a União, caberá apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

Parágrafo Quinto - As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, a advertência poderá ser aplicada quando ocorrer execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento deste Contrato, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa moratória, por inexecução total ou parcial do contrato e multa rescisória nos seguintes percentuais:

- a) multa moratória de 1% (um por cento), por dia corrido de atraso, sobre o valor do Produto/Serviço não entregue no prazo, em razão de atraso da CONTRATADA na execução de qualquer uma das atividades deste CONTRATO, incidente a partir da data indicada na Ordem de Serviço (OS) de entrega do produto/serviço até a data da efetiva entrega à CONTRATANTE;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO na hipótese de inexecução total ou parcial deste CONTRATO, sem prejuízo das demais sanções previstas neste CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada na alínea "b" do "caput" desta cláusula será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor deste CONTRATO.

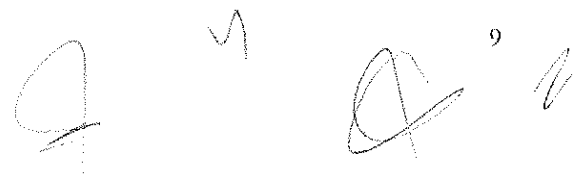
Parágrafo Segundo - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Terceiro - A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados à CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA desde logo autoriza à CONTRATANTE a descontar dos valores devidos pela CONTRATANTE o montante das multas aplicadas à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - O impedimento de contratar com a União poderá ser aplicado quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- c) prática de atos fraudulentos na execução do contrato;
- d) comportamento inidôneo ou cometimento de fraude fiscal por parte da CONTRATADA;
- e) inexecução total ou parcial do contrato.



Nome
CPF

DOCUMENTO Nº 01 DO CONTRATO DE SERVIÇOS

1. Objeto

1.1. Contratação de empresa especializada em Meio Ambiente para elaboração de estudos, relatórios, planos e projetos compreendendo assessoria e todos os serviços e procedimentos especificados e necessários para obtenção do licenciamento ambiental das obras de instalação, reforma e regularização dos aeródromos regionais integrantes do "Programa Investimento em Logística: Aeroportos", do Governo Federal, para os aeródromos localizados em municípios do Estado de Goiás, constantes do **Documento nº 3** deste Projeto Básico.

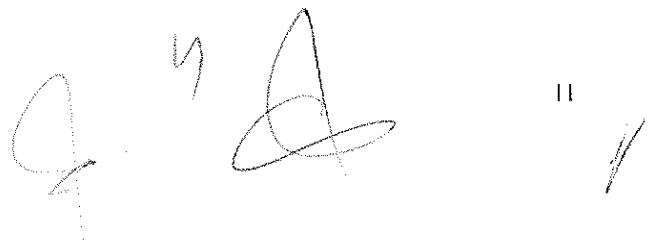
2. Descrição do Objeto

2.1 O trabalho das empresas CONTRATADAS estará vinculado à realização das atividades descritas neste documento, cujo objetivo será desenvolver os produtos necessários para viabilizar o atendimento da demanda definida pela CONTRATANTE, nos 10 (de) aeródromos localizados em municípios do Estado de Goiás, listados no **Documento nº 3 deste Projeto Básico**.

2.2 As atividades a serem realizadas pelas empresas CONTRATADAS, cujo detalhamento se encontra previsto no **Documento nº 02** deste Projeto Básico, deverão ser estruturadas em etapas, cujas entregas deverão obedecer aos prazos limites estabelecidos para cada produto.

Atividades a serem desenvolvidas	
i.	Elaborar Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental;
ii.	Elaborar o Relatório Ambiental Simplificado;
iii.	Elaborar o Relatório de Controle Ambiental;
iv.	Elaborar o Plano de Controle Ambiental;
v.	Elaborar o Plano Básico Ambiental;
vi.	Elaborar o Plano Básico Ambiental específico para o Componente Quilombola;
vii.	Elaborar o Plano Básico Ambiental específico para o Componente Indígena;
viii.	Elaborar o relatório florestal para a Autorização de Supressão da Vegetação;
ix.	Elaborar o relatório do diagnóstico arqueológico e do programa de prospecção arqueológica.

2.3 A estratégia de licitação proposta pelo Banco do Brasil tem como premissa a revisão dos atuais modelos de investimentos em estrutura aeroportuária, adotando-se visão estratégica e sistêmica em que os trabalhos serão desenvolvidos em linhas de produção, com entrega de soluções padronizadas. Referida estratégia proporcionará ganho de escala e permitirá a redução de custos e prazos, de modo a permitir que os investimentos necessários a cada um dos **10 (dez)** aeroportos regionais aconteçam de forma integrada. A estratégia da presente licitação visa conferir economicidade às contratações que serão realizadas.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number '11'.

2.4 Espera-se que o resultado dessa nova abordagem de investimento em infraestrutura aeroportuária seja capaz de ampliar a capacidade logística do setor de transporte aéreo e que alcance os resultados esperados pelo Governo em seu Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos, Plano de Aviação Regional.

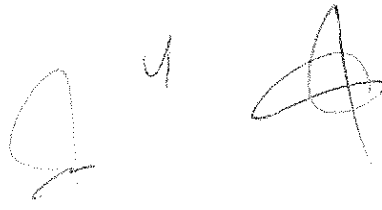
3. Detalhamento do Objeto

3.1 O detalhamento das atividades descritas no **item 2.2** deverá obedecer aos preceitos das Especificações Técnicas descrita na **Parte 2 do Documento nº 2**, deste Projeto Básico.

4. Premissas

4.1 A CONTRATADA deverá observar as premissas abaixo, ao longo do desenvolvimento do escopo do trabalho:

- i. os serviços descritos acima serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a subcontratação, cessão ou a transferência total ou parcial;
- ii. os PROPONENTES poderão participar da disputa de todos os certames cujo objeto seja de mesma natureza ao desta licitação. Caso o PROPONENTE seja declarado vencedor para mais de um certame, deverá optar por somente um, de modo que a CONTRATADA seja, necessariamente, diferente da(s) CONTRATADA(S) de outros certames de mesma natureza;
- iii. a comprovação de visto pela Entidade Profissional Competente, jurisdicionante dos locais dos serviços, no caso de serviços a serem realizados fora da jurisdição do PROPONENTE. Caso na data de assinatura do contrato a CONTRATADA não possua ainda o visto na Entidade Profissional Competente, conforme o caso, deverá apresentar o protocolo de solicitação e, no prazo de 15 (quinze) dias, o visto definitivo
- iv. durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe com comprovada experiência em estudos ambientais;
- v. a CONTRATANTE se compromete a fornecer informações referentes ao **Programa Serviços em Logística: Aeroportos, do Governo Federal** solicitadas pela CONTRATADA, pertinentes a execução do projeto, e prover as condições necessárias para a execução dos serviços contratados;
- vi. a CONTRATADA se compromete a executar as atividades e entregar os produtos descritos no **Documento nº 1 – Prazos de Entrega** deste Projeto Básico, facultando-lhe a execução de atividades e entrega de produtos complementares que tragam valor ao **Programa Serviços em Logística: Aeroportos, do Governo Federal**;
- vii. Todos os produtos gerados pela CONTRATADA deverão ser apresentados e submetidos para aprovação da CONTRATANTE;
- viii. a CONTRATADA deverá elaborar planos de trabalho, considerando o expertise específico no setor e antecipando pontos de atenção;
- ix. a CONTRATADA estará obrigada a entregar à CONTRATANTE todos os documentos e produtos gerados na execução dos serviços.
- x. a CONTRATANTE prestará informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e necessárias à execução do contrato;



- xi. a CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito e em caráter de urgência, qualquer anormalidade no âmbito do contrato;

5. Produtos e Prazos para Execução

5.1 Os produtos e os prazos de entregas, descritos no **item 2.2** deste documento, estão elencados no **Documento nº 1 – Prazos de Entrega**, deste Projeto Básico.

5.2 A CONTRATADA terá 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, para mobilizar a equipe e iniciar os trabalhos para o produto acionado.

5.3 Os serviços serão iniciados pela CONTRATADA após a emissão, pela CONTRATANTE, de Ordem de Serviço (OS) específica.

6. Condições de Aceite

6.1 Os **Termos de Entrega e Recebimentos (do diagnóstico, do relatório de andamento, da versão final e da licença)** serão utilizados como instrumentos formais para confirmação do término de determinada etapa, conforme previsto no **item 7 da parte 1 do Documento 2 deste Projeto Básico**. A sua efetivação se dará por intermédio da equipe do **Programa Serviços em Infraestrutura BB-SAC/PR**.

6.2 O item **Produto do Documento nº 1 – Prazos de Entrega** representa a forma de entrega/cumprimento das atividades, e serão exigidos da CONTRATADA, em conjunto ou isoladamente, como documentos indispensáveis à análise e posterior aceite dos serviços prestados.

6.3 Executada(s), apresentada(s) e entregue(s) determinada (s) etapa(s) de cada serviço/produto contratado, descritos no **Documento nº 1 – Prazos de Entrega**, a equipe do **Programa Serviços em Infraestrutura BB-SAC/PR** emitirá o Termo de Entrega, pelo qual será atestado o recebimento da(s) etapa(s), para posterior verificação da sua conformidade com as especificações previstas no Contrato e em seus Anexos.

6.4 As etapas de cada produto/serviço a serem entregues pela CONTRATADA, para a obtenção do Termo de Entrega, devem estar, obrigatoriamente, em suas versões finais ou provisórias, em consonância com **item 7 da parte 1 do Documento 2 deste Projeto Básico**, não devendo ser entregues, para este fim, em suas versões preliminares, rascunhos ou similares.

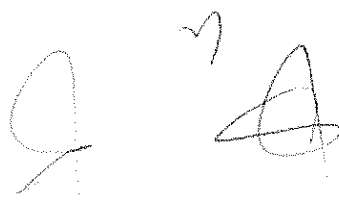
6.5 Emitido o Termo de Entrega, a CONTRATANTE providenciará a verificação de conformidade da(s) etapa(s) de cada produto/serviço, de acordo com os critérios definidos no contrato e em seus anexos, podendo solicitar, sem custos adicionais, os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários.

6.6 Aprovada(s) a(s) etapa(s) de cada produto/serviço, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento, em até 15 (quinze) dias corridos a contar do Termo de Entrega.

6.7 Reprovada(s) etapa(s) de cada produto/serviço, a CONTRATANTE convocará a CONTRATADA para efetuar os ajustes necessários, em prazo a ser definido pelo **Programa Serviços em Infraestrutura BB-SAC/PR**, contado a partir da data da convocação.

6.8 Finalizados os ajustes, a CONTRATANTE reavaliará a(s) etapa(s) de cada produto/serviço em até 15 (quinze) dias corridos, emitindo, caso aprovados, o respectivo Termo de Recebimento. Caso rejeitados, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de penalidades.

7. Condições de Pagamento



7.1 Para que a CONTRATANTE possa efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, esta deverá apresentar Nota Fiscal relativa à(s) etapa(s) de cada produto/serviço efetivamente recebidas.

7.2 Os serviços deverão ser validados pela CONTRATANTE, com a emissão do Termo de Recebimento. Após a emissão deste termo, a CONTRATADA poderá emitir Nota Fiscal.

7.3 Os eventos geradores de pagamento serão os Termos de Recebimento resultantes das etapas, previstas no **item 7 da parte 1 do Documento 2 deste Projeto Básico**, efetivamente recebidas pela CONTRATADA.

8. Índice de Reajustamento e Data Base

8.1 De acordo com as condições contratuais.

9. Multa

10.1 De acordo com as condições contratuais.

12. Equipe Técnica da empresa:

12.1 A CONTRATADA para execução dos serviços previstos neste Projeto Básico deverá ser uma Empresa que possua ampla base de conhecimento em elaboração de Estudos Ambientais e ainda possua experiência em licenciamento ambiental.

12.2 O CONTRATANTE emitirá Ordem de Serviço, de acordo com a necessidade, acionando o(s) produto(s) necessário(s) para atendimento às exigências do **Órgão Ambiental Licenciador** para o Licenciamento Ambiental, e a CONTRATADA dimensionará a(s) equipe(s) técnica(s), a seu critério, com conhecimento multidisciplinar e em quantidade suficiente para confecção e entrega do(s) produto(s) dentro do prazo estabelecido no **Documento nº 1 – Prazos de Entrega** deste Projeto Básico, podendo inclusive serem acionados TODOS os produtos simultaneamente, limitado ao quantitativo máximo constante no **Documento nº 2 – Planilha de Quantitativos e Valores, anexo ao contrato**.

12.3 Essas equipes também serão responsáveis pelo(a):


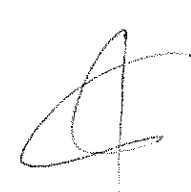

12.3.1 levantamento de dados primários e/ou secundários das áreas de influência direta e indireta, da área diretamente afetada e da área de segurança aeroportuária;

12.3.2 participação efetiva na elaboração dos Estudos Ambientais e/ou seus respectivos relatórios, e planos ambientais ou produtos equivalentes, prestando informações sempre que necessário;

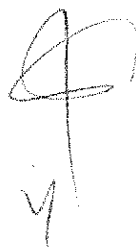
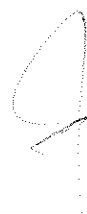
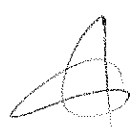
12.3.3 agir na regularização das situações restritivas e/ou impeditivas para obtenção da Licença ambiental, se necessário;

12.3.4 outras atividades necessárias, inerentes aos estudos ambientais constantes no Projeto Básico e no termo de referência específico, para obtenção da Licença.

Anexos: Documento nº 1 – Prazos de Entrega;
Documento nº 2 – Especificações Técnicas;

7


14 

Documento nº 3 – Lista de Aeródromos.

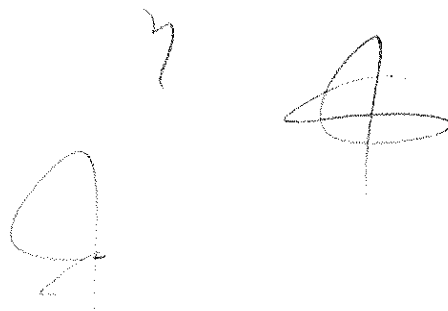
A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'P' with a vertical line extending downwards and a small mark below it.A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'P' with a vertical line extending downwards.A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'A' with a vertical line extending downwards.A small, handwritten mark or signature in black ink, consisting of a few slanted lines.

ANEXO - DOCUMENTO Nº 1 – PRAZOS DE ENTREGA

Item	Cod	Atividades	Pré-requis	Prazo em dias
1	EIA	Estudo ambiental completo que contempla todos fatores de impacto ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico de forma minuciosa, nas áreas de influência direta e indireta do aeroporto, e deverão ser propostos programas ambientais que serão detalhados em plano ambiental (PCA ou PBA). A CONTRATADA deverá fazer levantamento de dados primários in loco, principalmente quanto ao inventário florestal e faunístico. Neste produto também é necessária a realização de audiência pública	EIA/RIMA	270 (duzentos e setenta) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE
2	RAS	Estudo ambiental simplificado que contempla todos os fatores de impacto ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico de forma sucinta, nas áreas de influência direta e indireta do aeroporto, e deverão ser propostos programas ambientais que serão detalhados em plano ambiental (PCA ou PBA). A CONTRATADA deverá fazer levantamento de dados primários in loco.	RAS	90 (noventa) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE
3	RCA	Estudo ambiental simplificado que considera os fatores impactantes ao meio ambiente, nos meios físico, biótico e socioeconômico, pelo funcionamento e pelas intervenções (reforma, ampliação e/ou modernização) do aeroporto, e contempla proposições de programas de controle, mitigação e compensação ambiental que serão detalhados em plano ambiental (PCA ou PBA).	RCA	60 (sessenta) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE
4	PCA	Plano ambiental que descreve os programas ambientais a serem implementados no aeroporto para controle, mitigação e compensação ambiental, mencionados em estudo ambiental ou no Termo de Referência específico emitido pelo Órgão Ambiental Licenciador. Deverá conter metodologia e cronograma de execução de cada programa ambiental proposto.	PCA	90 (noventa) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE
5	PBA	Análise do impactos ambientais, elaboração programas ambientais necessários para o licenciamento ambiental que foram informados no estudo ambiental (EIA/RIMA ou RCA) ou no TR do Órgão Ambiental Licenciador, contendo metodologias e cronogramas, e elaboração do Plano Básico Ambiental.	PBA	120 (cento e vinte) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.
6	PBA-Q	Plano ambiental que descreve os programas ambientais a serem implementados na Comunidade Quilombola para controle, mitigação e compensação ambiental, de forma integral, mencionados em estudo ambiental ou no TR específico emitido pela SEMARH-GO e demais Órgãos interessados no licenciamento. Deverá conter a metodologia e o cronograma de execução de cada programa ambiental proposto.	PBA específico	120 (cento e vinte) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.
7	PBA-I	PBA nos moldes do item imediatamente anterior, considerando os impactos ambientais à comunidade indígena localizada nas áreas de influência do aeroporto. Neste PBA deverá conter programas específicos para controle, mitigação e compensação ambiental à comunidade indígena.	PBA Específico	120 (cento e vinte) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.
8	ASV	Relatório Técnico de inventário florestal Autorização para Supressão de Vegetação (ASV): inventário florestal, catalogação de espécies características da vegetação local, exótica, endêmica, rara e em extinção, elaboração de relatório florestal para a Autorização de Supressão da Vegetação	ASV	30 (trinta) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.
9	RDA	Relatório do diagnóstico arqueológico e elaboração do programa de prospecção arqueológica	RDA	90 (noventa) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.

ANEXO - DOCUMENTO Nº 2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PARTE 1 – INFORMAÇÕES RELEVANTES, FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS, OBRIGAÇÕES E NORMAS DE MEDIÇÃO	18
1. INFORMAÇÕES ESSENCIAIS	18
2. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS.....	19
3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	20
4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	21
5. FISCALIZAÇÃO	22
6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	22
7. ETAPAS PARA MEDIÇÃO	22
8. ORGANIZAÇÃO REQUERIDA DA EMPRESA CONTRATADA	23
PARTE 2 - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS/PRODUTOS.....	24
1. INVENTÁRIO DA SITUAÇÃO ATUAL DO EMPREENDIMENTO.....	24
2. TERMO DE REFERÊNCIA (TR) ESPECÍFICO.....	24
3. GEOPROCESSAMENTO.....	24
4. DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO E ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA.....	25
5. ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA.....	26
6. ESTUDO DO COMPONENTE INDÍGENA	26
7. ELABORAÇÃO DO ESTUDO AMBIENTAL E RESPECTIVO RELATÓRIO/PRODUTO	26
7.1. <i>Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA)</i>	27
7.2. <i>Relatório Ambiental Simplificado (RAS)</i>	45
7.3. <i>Relatório de Controle Ambiental (RCA)</i>	48
8. ELABORAÇÃO DE PLANO AMBIENTAL.....	51
8.1. <i>Plano Básico Ambiental (PBA)</i>	51
8.2. <i>Plano de Controle Ambiental (PCA)</i>	53
9. RELATÓRIO TÉCNICO DE INVENTÁRIO FLORESTAL PARA A AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO (ASV)...	54
9.1. <i>Caracterização da área de interesse</i>	54
9.2. <i>Planejamento do trabalho de campo</i>	55
9.3. <i>Coleta dos dados no campo</i>	55
9.4. <i>Processamento dos dados coletados</i>	55
9.5. <i>Elaboração do relatório técnico</i>	55
10. ASSESSORAMENTO TÉCNICO VISANDO A REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE DO AEROPORTO E/OU OBTENÇÃO DA(S) LICENÇA(S) AMBIENTAL(IS) PARA INÍCIO DOS PROJETOS E DAS OBRAS	55
11. RELATÓRIO DE ANDAMENTO (RA)	56
12. MELHORES PRÁTICAS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	56



=====

**PARTE 1 – INFORMAÇÕES RELEVANTES, FORMA DE APRESENTAÇÃO
DOS PRODUTOS, OBRIGAÇÕES E NORMAS DE MEDIÇÃO**

=====

1. INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

Os serviços contemplados neste Documento compreendem o exame das principais questões ambientais nas áreas de influência direta ou indireta do aeródromo, destacando-se as imposições e limitações existentes, visando à obtenção das licenças ambientais para viabilizar o início dos projetos e obras para instalação, reforma, modernização e/ou ampliação, após análise e aprovação dos documentos oriundos dos estudos, relatórios e/ou planos exigidos pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH-GO) ou de suas unidades subordinadas.

A título de padronização, o Órgão Licenciador responsável ou suas unidades subordinadas no Estado será referido como SEMARH-GO.

Trataremos os estudos ambientais e seus relatórios, e planos ambientais como “produtos” neste Projeto Básico, que poderão ser acionados individualmente ou combinado(s) com outro(s) produto(s) listado(s) **no item 3 seguinte deste Documento**, simultaneamente em vários aeródromos, de acordo com as exigências da SEMARH-GO.

A CONTRATADA será convocada para reunião, anterior ao início dos trabalhos, com o CONTRATANTE, quando será apresentada sua equipe de trabalho e seus respectivos Coordenadores. Nesta oportunidade também serão ratificadas as informações necessárias ao perfeito andamento dos serviços.

A fiscalização será executada pelo CONTRATANTE, por meio de equipe especializada integrante do Programa Serviços em Infraestrutura ou funcionário lotado em Órgão Regional do CONTRATANTE.

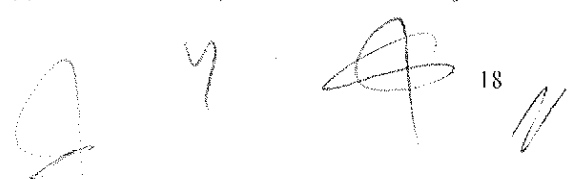
A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Trabalho contendo os procedimentos/metodologias para o levantamento de dados e deve solicitar previamente ao CONTRATANTE as informações necessárias, especificando as áreas, os empregados e as empresas concessionárias a serem contatadas.

A CONTRATADA deverá elaborar proposta de Termo de Referência (TR) para os estudos ambientais e seus respectivos produtos, necessários para cada aeroporto, aderente a legislação vigente em todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal) e as resoluções do CONAMA aplicáveis. Neste TR deverá ser indicado o(s) produto(s) necessário(s) para obtenção das licenças ambientais e deverá ser submetido à aprovação da SEMARH-GO.

O TR específico do aeroporto deve ser aquele aprovado e/ou emitido pela SEMARH-GO antes do início dos trabalhos, na forma prevista em lei.

A CONTRATADA deverá disponibilizar técnicos que assessorem o CONTRATANTE durante a realização das reuniões técnicas de análise de documentação do licenciamento pretendido junto à SEMARH-GO e/ou demais órgãos de interesse ao licenciamento ambiental, (como por exemplo: FUNAI, IPHAN e Fundação Palmares), bem como nas audiências públicas, quando couber, subsidiando o CONTRATANTE para responder quaisquer questionamentos durante o processo de licenciamento, durante todo o período de desenvolvimento do estudo.

A CONTRATADA deverá propor soluções aos problemas/passivos ambientais oriundos da intervenção nos aeródromos, a partir da experiência em locais com problemas similares, considerando soluções

 18

convencionais e não convencionais, avaliando custos, riscos envolvidos e a vantajosidade à Administração Pública.

Em virtude da diversidade de necessidades e peculiaridades de cada aeroporto, e aderência ao TR específico ou recomendações prestadas pela SEMARH-GO, para obtenção das licenças ambientais, deverão ser confeccionados os produtos especificados no **item 2.8 do Projeto Básico**.

Considerando a abrangência que foi descrita no objeto, **item 1 do Projeto Básico**, o escopo dos serviços compreende a descrição/especificação das atividades listadas a seguir:

- Inventário da situação atual do empreendimento;
- TR específico emitido pela SEMARH-GO;
- Geoprocessamento;
- Diagnóstico arqueológico e elaboração do programa de prospecção arqueológica, se necessário;
- Estudo ambiental e respectivo relatório/produto, se necessário;
- Plano Ambiental (PBA ou PCA, de acordo com a complexidade requerida), contendo programas e/ou projetos para atendimentos das exigências e condicionantes expressas na LP, TR ou outro documento equivalente;
- Relatório técnico do inventário florestal para a Autorização de Supressão de Vegetação (ASV);
- Assessoramento técnico visando a regularização da situação existente do aeroporto e/ou obtenção da(s) licença(s) ambiental(is) para viabilizar o início dos projetos e das obras.

A CONTRATADA ao ser acionada para confecção de produto(s) deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) com a comprovação de seu pagamento em até 10 (dez) dias corridos.

Caso a SEMARH-GO entenda ser necessário um ou mais "produtos" ambientais, a CONTRATADA será acionada para a elaboração desse(s), a fim de viabilizar o licenciamento ambiental do empreendimento na fase posterior.





2. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS PRODUTOS

Todos os produtos necessários ao atendimento do escopo dos serviços, constantes no **Documento 3 destas especificações Técnicas**, deverão ser apresentados em, no mínimo, duas vias em formato impresso frente e verso (para minimizar o gasto de papel quando da sua impressão, sempre que isso não prejudicar a leitura e a compreensão clara do conteúdo) e duas vias em formato digital (gravadas em CD-ROM), inclusive com ilustrações (tabelas, quadros, figuras, fotos, imagens de satélites, aerofotografias, cartas e mapas, impressos e digitais, etc.), conforme orientações destas Especificações Técnicas e do TR aprovado pela SEMARH-GO e demais Órgãos interessados no Licenciamento Ambiental.

Os produtos devem ser apresentados nos formatos digitais e impressos em folhas de tamanho A4 (210 x 297 mm), com as seguintes especificações: fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento 1,5 entre linhas e numeração das páginas no espaço inferior à direita. Toda formatação deverá seguir as normas da ABNT.

O material de encadernação deverá permitir fácil manuseio.

O "diagnóstico" e o "relatório de andamento" do produto acionado, mencionados no **item 6 da Parte 1 deste Documento**, deverão ser entregues ao CONTRATANTE e a versão final do produto, após análise

   19 

e aprovação pelo CONTRATANTE, deverá ser entregue ao SEMARH-GO conforme os prazos estabelecidos no **Documento nº 1 – Prazos de Entrega do Projeto Básico**.

Nas etapas “diagnóstico” e “relatório de andamento” deverão ser entregues (uma) cópia em meio digital do produto ambiental acionado. O CONTRATANTE emitirá um termo de entrega e fará a análise e validação **em até 15 (quinze) dias corridos**.

O “relatório de andamento” do produto acionado deverá vir acompanhado da declaração de participação dos profissionais que participaram até então.

Na apresentação da versão final, que é aquela analisada e validada pelo CONTRATANTE, e que será protocolizada na SEMARH-GO, serão entregues o número de cópias necessárias, contendo assinatura de todos profissionais envolvidos na elaboração dos produtos, com reconhecimento de firma e ART.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Inventariar a situação existente em todos aeroportos listados no **Documento nº 4** e em consonância com as orientações mencionadas no **item 1 da Parte 2 deste Documento**, ambos neste Projeto Básico.

Confeccionar documentos de qualquer natureza, que se façam necessários para o licenciamento ambiental (cartas, ofícios, requerimentos, etc.), preencher formulários e coletar a assinatura do Operador/ Administrador do aeroporto neles, sempre que necessário.

Prestar o todo assessoramento técnico necessário em consonância ao **item 10 da Parte 2 deste Documento**.

Iniciar os serviços demandados em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

Executar os serviços com presteza e qualidade técnica e entregar os produtos em consonância com os requisitos especificados neste Projeto Básico, obedecendo o prazo estipulado.

Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse, para execução dos serviços, que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar.

A CONTRATADA arcará com os ônus ocasionados pelo não atendimento da convocação, quando o CONTRATANTE acioná-la para reunião com os assuntos pautados.

O CONTRATANTE tem, a qualquer tempo, livre acesso a todas as áreas onde o trabalho estiver em andamento.

A programação da execução dos serviços obedecerá às orientações do CONTRATANTE, e em hipótese alguma poderá prejudicar qualquer atividade do Aeroporto que estiver em operação.

Serão realizadas reuniões de avaliação dos serviços, entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, com periodicidade mensal, na Coordenação do CONTRATANTE que estará sediada em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco “A”, Ed. Sede I – 7º andar.

Em qualquer fase da elaboração dos trabalhos, caso surjam dúvidas, indefinições e/ou problemas relativos aos serviços, que se justifique a orientação da CONTRATADA, o coordenador de projeto da CONTRATADA deverá consultar formalmente ao CONTRATANTE, que lhe responderá por meio de documento adequado.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page. There are three distinct signatures in blue ink, followed by the number '20' and a small checkmark-like symbol.

A CONTRATADA deverá atender integralmente a todas exigências do Operador/Administrador do Aeródromo para execução dos serviços necessários dentro do sítio aeroportuário.

Encaminhar ao CONTRATANTE quaisquer taxas referentes ao Licenciamento Ambiental para que seja providenciado o pagamento.

Encaminhar ao CONTRATANTE todos os os documentos de protocolo efetuados na SEMARH-GO ou demais órgãos envolvidos no Licenciamento Ambiental, principalmente os referentes a(s) licenças.

Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem defeitos, ou incorreções, que forem detectados durante a vigência do contrato, cuja responsabilidade lhe seja atribuível, exclusivamente.

Manter, no quadro de pessoal, equipe de profissionais capacitados para execução dos serviços, de acordo com o perfil e funções descritos neste Projeto Básico, sem interrupções e os quais não terão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais e trabalhistas pertinentes a execução dos serviços.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a realização dos serviços contratados, sem que haja prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não transmitindo essa responsabilidade ao CONTRATANTE.

Manter o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que lhe venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da prestação dos serviços, sendo vedado, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.

Assumir todos os encargos de possíveis demandas cíveis e penais relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

Não veicular publicidade ou quaisquer informações acerca das atividades objeto deste Projeto Básico, sem a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE


Emitir Ordem de Serviço e informar a CONTRATADA sobre a sua emissão.

Providenciar o pagamento de quaisquer taxas referentes ao licenciamento ambiental dos aeroportos listados no **Documento nº 4 do Projeto Básico**.

Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao cumprimento dos serviços contratados, com o detalhamento necessário à sua perfeita execução.

Prestar as informações e esclarecimentos necessários que possam vir a ser solicitados pela empresa CONTRATADA.

Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação dos serviços em desacordo com as condições e especificações contratuais.

 21

5. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato ficará a cargo do Banco do Brasil S.A., por meio do Programa Serviços em Infraestrutura ou de suas subsidiárias, por equipe especializada ou por funcionário lotado em Órgão Regional.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para padronização de procedimentos e logística, serão adotadas as seguintes etapas para todos os produtos:

- acionamento: mobilização da equipe e início das atividades;
- diagnóstico: levantamento de dados primários e/ou secundários somados ao inventário da situação atual do empreendimento (**item 1 da Parte 2 do deste Documento**) e à caracterização do empreendimento;
- relatório de andamento (RA): relatório apresentado à CONTRATANTE quando a execução do(s) serviço(s) demandado(s) alcançar 50%.
- versão final: após considerações do CONTRATANTE e as devidas correções pela CONTRATADA, se houver, essa versão do produto deverá ser protocolizado na SEMARH-GO;
- licença: obtenção da licença ambiental ou regularização da situação ambiental do aeroporto, para viabilizar o início da obra.

Sempre que a CONTRATADA receber uma Ordem de Serviço para confecção de produto, deverá elaborar um cronograma de execução dos serviços inerentes ao produto acionado, com prazos para início e entrega de cada etapa retromencionada, obedecendo ao prazo limite.

O CONTRATANTE analisará o cronograma apresentado e, caso julgue necessário, apontará as alterações que deverão ser feitas. Neste caso, a CONTRATADA terá 3 (três) dias úteis para reapresentar novo cronograma com as devidas correções. Com cronograma aprovado, a CONTRATADA estará apta para execução do produto acionado.

7. ETAPAS PARA MEDIÇÃO

A CONTRATADA será remunerada pelo cumprimento das seguintes etapas, por produto, conforme estabelecido no **item 6 da Parte 1 deste Documento**, com os seguintes percentuais:

- diagnóstico: pagamento de 20% do serviço acionado;
- relatório de andamento (RA): pagamento de 20% do serviço acionado;
- versão final: pagamento de 40% do serviço acionado quando a CONTRATADA já tiver recebido os 20% referente à entrega e aceitação do RA, ou 60% do serviço acionado quando não for apresentado o RA;
- licença: pagamento de 20% do serviço acionado.

Nas etapas "diagnóstico" e "relatório de andamento" deverão ser entregues (uma) cópia em meio digital do produto ambiental acionado. O CONTRATANTE emitirá um termo de entrega e fará a análise e validação em até 15 (quinze) dias corridos.

O "relatório de andamento" do produto acionado deverá vir acompanhado da declaração de participação dos profissionais que participaram até então.

Na apresentação de cada etapa prevista acima, o CONTRATANTE emitirá o termo de entrega e após a análise e a validação, emitirá o Termo de Recebimento. Essa versão será protocolizada na SEMARH-

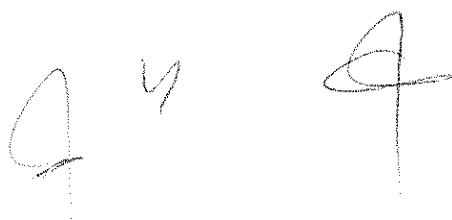
 22

GO, serão entregues o número de cópias necessárias, contendo assinatura de todos profissionais envolvidos na elaboração dos produtos, com reconhecimento de firma.

8. ORGANIZAÇÃO REQUERIDA DA EMPRESA CONTRATADA

A empresa contratada deverá considerar em sua estrutura para execução dos serviços os seguintes aspectos:

- Constituição de equipe multidisciplinar, responsável pela execução dos serviços;
- A efetiva mobilização da equipe, veículos, equipamentos e instalações compatíveis com as necessidades de cada aeroporto;
- Adotar os critérios de sustentabilidade ambiental sugeridos no **item 11 da Parte 2 deste Documento**.



=====

PARTE 2 - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS/PRODUTOS

=====

1. INVENTÁRIO DA SITUAÇÃO ATUAL DO EMPREENDIMENTO

A CONTRATADA deverá inventariar a situação atual de todos os aeroportos listados no **Documento nº 4 do Projeto Básico**, considerando os seguintes fatores para viabilizar sua regularização ou obtenção de licença ambiental para início dos projetos e das obras no empreendimento:

- Levantamento da existência de licenças ambientais (LP, LI e LO) e sua validade;
- Levantamento da existência de multas e/ou restrições ambientais para o aeroporto;
- Levantamento da necessidade de Cadastro Ambiental Rural ou outro tipo de cadastro equivalente;
- Relação de documentos, estudos ambientais e outras exigências para a regularização da situação ambiental ou da obtenção de licença ambiental que possibilite o início dos projetos e das obras/intervenções no aeroporto;
- Caso o empreendimento faça uso de recursos hídricos, a existência de outorga de uso emitido por Órgão responsável.

2. TERMO DE REFERÊNCIA (TR) ESPECÍFICO

Após consulta à Gerência de Uso do Solo da SEMARH-GO, para interar-se sobre qual(is) será(ão) o(s) produto(s) necessário(s) que atende(m) os anseios da SEMARH-GO, a CONTRATADA, sempre que possível, deverá elaborar proposta de termo de referência para os estudos ambientais e seus respectivos produtos, necessários para cada aeroporto, aderente a legislação vigente e as resoluções do CONAMA aplicáveis. Neste termo de referência deverá ser indicado o(s) produto(s) necessário(s) para obtenção das licenças ambientais;

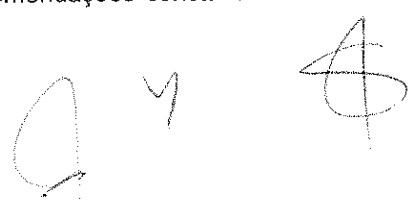
Caso a SEMARH-GO recuse o TR proposto e decida confeccionar um específico, a CONTRATADA deverá preencher o Requerimento de Licenciamento Ambiental, demais formulários e juntar os documentos necessários para a obtenção da licença ambiental ou regularização da situação atual, bem como colher a assinatura do Operador/Administrador do aeroporto nos documentos confeccionados ou sempre que necessário, e articular com os Órgãos envolvidos no Licenciamento Ambiental e cientificar o CONTRATANTE.

O TR específico deverá ser solicitado à SEMARH-GO pela CONTRATADA, portando os documentos e requisições assinados pelo Operador/Administrador do aeroporto, e também deverá prestar toda assistência necessária. A SEMARH-GO emitirá o TR após análise dos documentos ora protocolizados, anexos ao requerimento.

A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as exigências/orientações contidas no TR da SEMARH-GO e abordar nos estudos os temas solicitados, estando aderente às exigências da legislação vigente.

3. GEOPROCESSAMENTO

Eventualmente poderá a SEMARH-GO solicitar nos produtos ambientais as atividades de geoprocessamento ou sensoriamento remoto e elaboração de mapas temáticos. Em isto ocorrendo, a CONTRATADA deverá fazê-lo em conformidade com às recomendações constantes no TR do referido Órgão.



4. DIAGNÓSTICO ARQUEOLÓGICO E ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

Por se tratar de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, as atividades e estudos, sempre que necessários, envolverão a elaboração de Projeto de Diagnóstico Arqueológico, para obtenção de autorização e anuência junto ao IPHAN, podendo assim realizar os estudos na área de influência do empreendimento, de acordo com as Portarias SPHAN nº 07/1988 e IPHAN nº 230/2002. É de responsabilidade da CONTRATADA acionar/contatar o IPHAN para obtenção das autorizações necessárias, por meio de requerimentos, ofícios e quaisquer outros documentos confeccionados por ela, e deverá ainda colher assinatura do Operador/Administrador do aeroporto e protocolizá-los no Órgão mencionado.

A CONTRATADA participará de todo o trâmite entre o Órgão e o Operador/Administrador do aeroporto, sendo responsável pelo acompanhamento de processos e trânsito de documentos entre eles.

A partir do diagnóstico arqueológico e avaliação de impactos, a elaboração dos estudos deve ainda ser orientada seguindo o TR da SEMARH-GO, prevendo em seu escopo um Programa de Prospecção Arqueológica e de Resgate, se for o caso, compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.

Durante a etapa de Prospecção deve ser realizado o levantamento do Patrimônio Histórico e Cultural na área de influência (direta e indireta) do empreendimento.

A CONTRATADA deverá prestar todo assessoramento técnico necessário, em consonância ao **item 10 da Parte 2 deste Documento**.

Programa de Prospecção Arqueológica

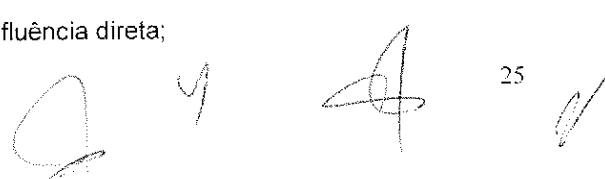

O levantamento arqueológico prospectivo compreenderá as informações elencadas a seguir:

- Elaboração de projeto de pesquisa para o IPHAN, para obtenção de Portaria de autorização para os trabalhos;
- Execução de sondagens e/ou poços-testes na área de abrangência do aeroporto, no mínimo nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico;
- Levantamento sobre a ocorrência de sítios arqueológicos, por meio entrevistas com moradores da área de influencia direta;
- Registro dos locais pesquisados com emprego de GPS (Global Positioning System), nas cartas topográficas e imagens. Este registro deverá abranger também levantamento fotográfico;
- Definição da quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas a serem afetadas diretamente pelo empreendimento, caracterizando sua extensão, profundidade, diversidade cultural e significância;
- Registro dos sítios arqueológicos localizados com emprego de GPS (Global Positioning System), nas cartas topográficas e imagens. Este registro deverá abranger também levantamento fotográfico;
- Cadastramento do(s) sítio(s) arqueológico(s) localizado(s) por meio do preenchimento da ficha do banco de dados do IPHAN, a serem enviadas a esse Instituto;

Programa de Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial compreenderá as ações elencadas a seguir:

- Contextualização sócio-educativa e cultural da área de influência indireta, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários;
- Levantamento e reconhecimento de campo na área de influência direta;

 25 

- Atividades educativas junto às comunidades locais, envolvendo professores, alunos, moradores, funcionários de museus, escolas e instituições públicas de caráter educativo e cultural. Essas atividades se iniciarão concomitantemente ao trabalho de levantamento arqueológico prospectivo;
- Elaboração de uma cartilha para professores com textos, mapas e imagens de artefato;
- Confeção de jogos para alunos, tais como: quebra-cabeça, memória, dominó, palavra cruzada;
- Organização de folders e/ou banners para museus e outras instituições públicas de caráter educativo e cultural, abordando a história local e a importância do patrimônio cultural. Este material também deverá ser disponibilizado a toda comunidade local.

Após a conclusão das atividades de prospecção, de educação patrimonial e do levantamento do patrimônio histórico e cultural, deverá ser entregue relatório contendo seus resultados e o Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico dos sítios identificados, se houver. O Programa irá compor o Plano Ambiental (PCA ou PBA) e deverá abranger eventuais ações e/ou atividades que possam ser exigidas pelo IPHAN para sua manifestação final quanto ao empreendimento.

5. ESTUDO DO COMPONENTE QUILOMBOLA

A CONTRATADA deverá investigar a presença de comunidades quilombolas nas áreas direta ou indiretamente afetadas pelo aeródromo e, caso haja, os estudos do Componente Quilombola deverão ser desenvolvidos em conformidade com o TR elaborado pela SEMARH-GO, observando as orientações contidas no TR da Fundação Palmares, que deverá ser solicitado pelo Operador/Administrador do aeroporto por meio de requerimentos e ofícios, sendo estes confeccionados e protocolizados pela CONTRATADA.

A CONTRATADA participará de todo o trâmite de documentos no órgão, sendo responsável pelo trânsito de documentos entre o Operador/Administrador do aeroporto.

6. ESTUDO DO COMPONENTE INDÍGENA

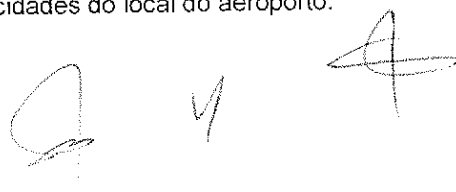
A CONTRATADA deverá investigar a presença de comunidades indígenas nas áreas direta ou indiretamente afetadas pelo aeródromo, e caso haja, os estudos do Componente Indígena deverão ser desenvolvidos em conformidade com Termo de Referência da FUNAI e demais documentos elaborados pela FUNAI para as respectivas Terras Indígenas, que deverão ser solicitados pelo Operador/Administrador do aeroporto por meio de requerimentos e ofícios, sendo estes confeccionados e protocolizados pela CONTRATADA.

A CONTRATADA participará de todo o trâmite de documentos no Órgão, sendo responsável pelo trânsito de documentos entre o Operador/Administrador do aeroporto.

Esses estudos deverão ser finalizados até a fase de elaboração do Programa Ambiental para as Comunidades Indígenas, obedecendo às orientações da FUNAI.

7. ELABORAÇÃO DO ESTUDO AMBIENTAL E RESPECTIVO RELATÓRIO/PRODUTO

Tratam-se de roteiros mínimos a serem seguidos, podendo variar a estrutura em decorrência das exigências do Órgão Licenciador responsável e das especificidades do local do aeroporto.



7.1. ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E RELATÓRIO DE IMPACTOS AMBIENTAIS (EIA/RIMA)

Devem ser identificados, diagnosticados, analisados os impactos ambientais e elaboradas as propostas de mitigação e compensação desses impactos gerados pelas implantações previstas sobre as áreas de influência (direta e indireta), nas fases de planejamento, construção e operação, bem como diagnosticadas e analisadas todas as instalações existentes e operações atuais dos aeroportos, propostas medidas de mitigações e compensações na forma de Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) e programas que serão necessários sua implementação em fases posteriores do empreendimento.

O EIA deverá ser elaborado por equipe multidisciplinar habilitada, responsável tecnicamente pelos estudos apresentados, devendo constar no documento, nome, assinatura, formação profissional, registro no respectivo Conselho Profissional e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cada profissional e da empresa. As ilustrações, cartas, plantas, desenhos, mapas e fotografias, que não puderem ser apresentadas nos formatos sugeridos, deverão constituir um volume anexo e ser perfeitamente legíveis em todas as cópias do EIA e do RIMA.

O EIA/RIMA deverá conter todas as informações necessárias para o cálculo da compensação ambiental, conforme Decreto nº 6.848, de 14 de maio de 2009, bem como apresentação de proposta de cálculo do GI (Grau de Impacto).

Deverão estar descritos e analisados no EIA/RIMA, os principais aspectos socioambientais das áreas atualmente afetadas pelos aeroportos e aquelas a serem afetadas pelas ampliações planejadas, considerando os fatores ambientais e suas interações, de modo a caracterizar a situação ambiental da área atual e anterior à implantação ou reforma, a curto, médio e longo prazo.

A descrição do estudo deverá ser objetiva e permitir a compreensão dos possíveis efeitos gerados pelas ampliações planejadas.

A CONTRATADA deverá prestar todo assessoramento técnico necessário, em consonância ao **item 10 da Parte 2 deste Documento**.

As informações que seguintes contidas neste produto, estão integralmente aderentes ao "Termo de Referência Geral para Elaboração de EIA/RIMA" elaborado pela SEMARH-GO.

Todos os mapas deverão ser disponibilizados nos formatos: shapefile (.shp, .shx, .dbf, .prj) e autocad (.dxf).

7.1.1. Cartografia

O estudo de impacto ambiental deverá contemplar no mínimo os seguintes documentos cartográficos:

- 12 Mapa de Localização;
- 13 Mapa Temático da área de influência direta e indireta do empreendimento e Carta-Imagem (Imagem de satélite), ambos representando a totalidade e o detalhe da região;
- 14 Mapa de uso e ocupação do solo e cobertura vegetal;
- 15 Mapa de unidades amostrais, pontos de coletas;
- 16 Mapa de unidades de conservação (Área de Proteção Ambiental/APA, Parques Estaduais e Federais, Terras Indígenas e outras regiões protegidas de caráter ambiental) evidenciando a região do empreendimento e indicando se está inserido e a distância das unidades de conservação;
- 17 Mapa de susceptibilidade a erosão;

- 18 Planta de detalhe do empreendimento - plantas das obras, intervenções, outros temas e etc;
- 19 Carta síntese dos impactos gerados;
- 20 Carta síntese das medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

Devido à complexidade de algumas representações, as cartas/mapas citados acima poderão ser separadas por subtemas.

Utilizar a articulação das folhas adotada pelos órgãos oficiais para a cartografia topográfica sistemática; utilizando mais de uma folha, indicar a articulação por meio de carta índice em menor escala.

As escalas sugeridas para elaboração e apresentação da documentação cartográfica seguem abaixo, podendo ser solicitado complementos quando necessário:

- a) Mapa de localização indicando os municípios envolvidos e a escala múltipla de 1:5.000;
- b) Mapa de localização da área de influência direta: 1:50.000 ou escala compatível com o tamanho do empreendimento, desde que múltiplo de 1:5.000;
- c) Mapa temático: mínima 1:50.000, recomendável: 1:10.000 ou maior;
- d) Detalhe da área de influência direta, intervenções: mínimo 1:10.000;
- e) Arranjo geral da obra: 1:5.000;
- f) Plantas cadastrais e detalhamento do empreendimento: 1:1.000 e/ou 1:2000.

Os mapas deverão conter identificação temática, numérica, legenda, fonte, autor, data e sistema de coordenadas, datum horizontal, fuso.

Todos os produtos cartográficos temáticos devem ser atualizados (recentes) com base em imagens de satélite ou fotos aéreas ou sensores ativos (radar, laser scan) ou outros. A fonte dos dados utilizados, metodologia, softwares utilizados, processamentos e tratamentos dos dados devem ser informados.

As atualizações podem ser realizadas com dados colhidos diretamente em campo, desde que a qualidade seja adequada nas escalas utilizadas e ao nível de detalhamento exigido. Apresentar registros de campo, como planilhas, listas ou anotações; Todo material deverá acompanhar nota técnica detalhando os procedimentos utilizados.

Preferencialmente a documentação cartográfica deverá ser acompanhada por imagens provenientes de levantamentos aerofotogramétricos, ou tomadas por satélites:

- As imagens devem ser as mais recentes possíveis (especificar data);
- As escalas devem ser adequadas às dimensões do empreendimento e a área de influência direta.

7.1.2. Glossário e Bibliografia

O EIA/RIMA deverá conter definições dos termos técnicos utilizados no estudo.

O EIA/RIMA deverá conter a bibliografia conforme os padrões e normas técnicas adotadas, propostas e referenciadas pela ABNT, a qual deverá ser especificada por área de abrangência do conhecimento.

7.1.3. Estudo de impacto ambiental (EIA)

O EIA deverá ser elaborado a partir de levantamentos nos meios físico, biótico e socioeconômico das áreas de influência do empreendimento em todas as suas fases, consubstanciado em um diagnóstico ambiental e prognóstico de todos os impactos ambientais.

O estudo deverá explicitar as ações de monitoramento do desempenho dos sistemas de controle ambiental, as medidas mitigadoras, as medidas compensatórias e de recuperação cabíveis, os

programas, sob o enfoque ambiental, assim como indicar as alternativas para potencializar os impactos positivos.

7.1.3.1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E DA EMPRESA CONSULTORA

- *Identificação do Empreendedor*

Nome e razão social da empresa; número dos registros legais (Inscrição estadual e CGC); endereço completo, telefone/fax e e-mail; telefone/fax e e-mail dos representantes legais, do responsável técnico e pessoas de contato.

- *Identificação da Empresa Consultora*

Nome e razão social da empresa; Nome do responsável técnico pela elaboração do EIA/RIMA; Endereço para correspondências, Telefone/fax, e-mail; número dos registros legais (Inscrição estadual e CGC); Nome dos membros da equipe técnica com assinatura **manuscrita identificativa** e rubrica dos respectivos profissionais; Registros dos membros nos Conselhos de Classes; Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) dos membros, telefones e e-mails para contato.

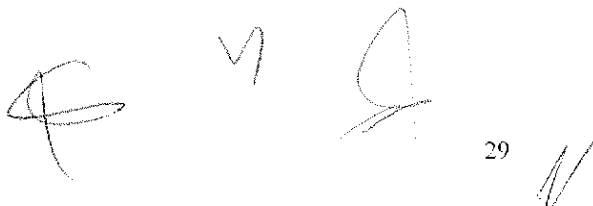
Todos os técnicos e o empreendedor devem estar devidamente cadastrados no Cadastro Técnico Federal (CTF) junto ao IBAMA (segundo as leis federais 6.938/1981 e 7.804/1989) e devem apresentar o Certificado de Regularidade.

7.1.3.2. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- *Descrição do Empreendimento*

O projeto deve ser descrito de forma a garantir o entendimento de suas atividades, processos e tarefas que comporão suas fases de planejamento, implantação, operação e, se for o caso, de desativação. Devem constar nesta descrição:

- Histórico do empreendimento;
- Descrição do empreendimento;
- Tipo de atividade e o porte do empreendimento;
- Síntese dos objetivos do empreendimento, sua justificativa e análise de custo benefício;
- Previsão das etapas com cronograma da implantação do empreendimento;
- Localização geográfica proposta para o empreendimento, demonstrada em mapa ou croquis, incluindo as vias de acesso existentes e projetadas, a bacia hidrográfica, seu posicionamento frente à divisão política administrativa, Unidades de Conservação e Preservação Ecológica existentes e a outros pontos de referência relevantes;
- Empreendimento(s) associado(s) e ou decorrente(s);
- Apresentar a vida útil do empreendimento.
- Abordar a caracterização dos principais usos das águas na área potencialmente atingida pelo empreendimento, tanto a montante quanto a jusante.
- Infraestrutura de apoio à obra:
 - i. Centros administrativos e alojamentos;



- ii. Estradas de acesso e de serviços;
- iii. Canteiros de obras (saneamento básico, água, esgoto e lixo);
- iv. Áreas de empréstimo e bota-fora;
- v. Detalhamento da área para supressão de vegetação do canteiro de obras;

- *Estudo de Alternativas Locacionais e Tecnológicas*

Deverão ser definidas: as alternativas tecnológicas; três alternativas locacionais viáveis; e a hipótese da não execução do projeto.

- *Delimitação da área de influência*

Os limites da área geográfica direta e indiretamente afetadas pelos impactos, denominadas Área de Influência Direta – AID e Área de Influência Indireta – AII, respectivamente, do empreendimento, deverão ser estabelecidas pela equipe responsável pela execução do estudo, a partir dos dados preliminares colhidos, devendo compreender: solos, águas superficiais, águas subterrâneas, atmosfera, cobertura vegetal, componentes culturais, componentes sociais e componentes econômicos. Esta delimitação deverá ser apresentada e justificada com o apoio de mapas, gráficos, tabelas, fotografias e outros recursos cabíveis a área de influência (AID e AII).

Para cada fator ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico, deverá ser considerada uma área de abrangência específica, definida e caracterizada conforme a natureza de cada fator ambiental, levando-se em consideração também a abrangência temporal dos estudos.

A abordagem metodológica do meio socioeconômico deverá considerar o histórico das relações entre o homem e a natureza na região de influência, analisando, de forma dinâmica, as interações entre os diversos grupos socioculturais ao longo do tempo, de forma a possibilitar o estabelecimento de tendência e cenários incluindo dados atualizados e referenciados ao IBGE.

7.1.3.3. REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

Deverão ser levantados e considerados todos os dispositivos legais em vigor, a nível federal, estadual e municipal aplicáveis ao empreendimento, em qualquer das suas fases, relativos à utilização, proteção e conservação dos recursos ambientais, ao uso e ocupação do solo, à gestão de resíduos, produtos perigosos, emissões atmosféricas, efluentes líquidos, com indicação das limitações administrativas impostas pelo Poder Público entre outros.

7.1.3.4. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

O diagnóstico ambiental deverá caracterizar a situação ambiental atual da área afetada (AID e AII) do empreendimento, sob os aspectos físico, biótico e socioeconômico, de forma a permitir o entendimento da dinâmica e das interações existentes na área antes da implementação do projeto, considerando as variáveis susceptíveis de sofrer, direta ou indiretamente, efeitos das ações decorrentes às fases de planejamento, implantação, operação e desativação.

- *Metodologia do diagnóstico*

O diagnóstico deverá seguir metodologia compatível e consagrada cientificamente, a partir do levantamento, organização, consolidação e análise dos dados preexistentes e dados primários (coletados *in loco*, com apresentação de registro fotográfico).

Deverá ser apresentada a descrição da metodologia de coleta, preservação e análise dos dados primários a serem coletados.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and another on the right, with the number 30 in between.

Os resultados dos levantamentos e estudos deverão ser apresentados com o apoio de mapas, cartas, gráficos, tabelas, fotografias e demais recursos necessários que auxiliem o entendimento das informações. Para os dados geográficos, os mapas e cartas devem ser apresentados em escala compatível para o detalhamento da informação apresentada.

Os dados referentes ao Diagnóstico Ambiental deverão abranger, no mínimo, um ciclo hidrológico completo da região (um ano), contemplando o período seco e chuvoso (evitar período de transição).

A abordagem metodológica do meio socioeconômico deverá considerar o histórico das relações entre o homem e a natureza na região de influência, analisando, de forma dinâmica, as interações entre os diversos grupos socioculturais ao longo do tempo, de forma a possibilitar o estabelecimento de tendência e cenários.

7.1.3.2.1. MEIO FÍSICO

Apresentar o método de estudo utilizado para levantamento dos dados e informações de cada tema pertinente (o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas), com os respectivos mapas, utilizando-se de dados primários (com apresentação de registro fotográfico) e secundários e referências bibliográficas junto aos respectivos temas. Os dados devem ser analisados, contextualizados, discutidos e interpretados para cada tópico descrito a seguir.

CLIMA E CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

Deverão ser descritos os padrões climáticos locais, com classificação climática da região, observados padrões meteorológicos, tais como: direção dos ventos; umidade relativa do ar; evapotranspiração; evaporação; temperatura; nebulosidade; insolação; precipitação e regime de chuvas; radiação solar; massas de ar; pressão atmosférica; balanço hídrico; e classificação climática.

Os dados deverão ser apresentados através de tabelas e gráficos.

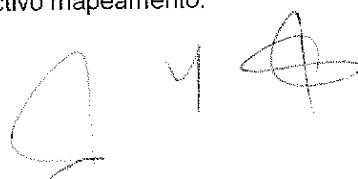
QUALIDADE DO AR

Caracterização das concentrações existentes dos poluentes atmosféricos, a partir dos parâmetros mínimos da Resolução CONAMA nº 03/1990 e normas correlatas, priorizando a coleta de dados em áreas povoadas.

Caso haja possibilidade de interferências do projeto que impliquem em modificação do padrão da qualidade do ar acima dos limites da Resolução CONAMA nº 03/1990, identificar as fontes de emissão significativas e apresentar simulação do aumento de poluentes e seu grau de dispersão (no período de implantação e de operação do empreendimento e de instalações de apoio).

NÍVEIS DE RUÍDO E VIBRAÇÃO

Realizar o diagnóstico atual dos níveis de ruído e vibração existentes nos períodos noturno e diurno, adotando metodologia amplamente utilizada, priorizando pontos críticos (áreas residenciais, hospitais/unidades básicas de saúde, povoados, comunidades, entre outros), com o respectivo mapeamento.



Caso haja possibilidade de interferência do projeto que impliquem em modificação do padrão dos níveis de pressão sonora e vibração acima dos limites estabelecidos na legislação, identificar e caracterizar as fontes significativas e apresentar modelagem (no período de operação do empreendimento e de suas instalações de apoio).

GEOLOGIA, GEOTECNIA E SISMOLOGIA

Levantamento geológico da área de estudo (com mapa em escala adequada), englobando as unidades litoestratigráficas e suas feições estruturais.

Avaliar as condições geotécnicas da AID mediante o uso de parâmetros de mecânica de rochas e solos, identificando os mecanismos condicionantes de movimentos de massa (escorregamentos, abatimentos e/ou desmoronamento, e outros processos erosivos, além de rolamento de blocos) e as áreas de riscos geotécnico associadas, as quais devem estar identificadas cartograficamente, em conjunto com os locais onde tais movimentos de massa já se desenvolveram.

Caracterizar a ocorrência e a magnitude de movimentos sísmicos; incluir histórico dos eventos na área de influência do empreendimento.

Caracterizar as áreas de apoio previstas (jazidas/empréstimos e deposição de material excedente) a serem utilizadas para realização das obras, com a respectiva localização geográfica.

RECURSOS MINERAIS

Levantar a situação atual dos processos minerários (cadastro do DNPM); especificar as substâncias requeridas dentro da AID. Apresentar em mapa as poligonais.

GEOMORFOLOGIA

Indicar as unidades geomorfológicas das áreas de estudo com o respectivo mapa geomorfológico em escala adequada.

Apresentar descrição detalhada das unidades geomorfológicas da área de estudo contemplando as formas e os processos atuantes, a declividade das vertentes e a presença ou propensão à ocorrência de processos erosivos ou assoreamento e inundações sazonais.

Apresentar mapa de declividade e modelo digital do terreno.

Apresentar planta planialtimétrica que represente espacialmente às unidades geomorfológicas identificadas e as principais unidades da paisagem na área de estudo.

Avaliar o potencial erosivo, tendo como referência o grau de estabilidade do leito do rio e de suas margens; quando houver, caracterizar o incremento do transporte de sedimentos.

Mapeamento de processos erosivos na AID, tais como: escorregamento, ravina, voçorocas, etc.

PEDOLOGIA E USO DO SOLO



Apresentar mapeamento pedogenético, com a classificação dos solos, de acordo com o atual Sistema de Classificação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, os quais devem ser caracterizados morfológica e analiticamente.

Apresentar avaliação e mapeamento da susceptibilidade à erosão dos solos nas AID e All do empreendimento incluindo a descrição das características texturais, profundidade, declividade, permeabilidade, coesão e granulometria, dentre outros que se façam necessários para avaliação do potencial erosivo da região.

Destacar as características geotécnicas dos solos com respectivo mapeamento, destacando a ocorrência de solos hidromórficos e colapsíveis, entre demais aspectos relevantes.

Mapear e analisar o uso atual e ocupação do solo, bem como aptidão agrícola.

Para áreas de desmatamento deverão apresentar imagens de satélites recentes de média resolução espacial (satélite resourcesat-1 disponível no INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) de todo o imóvel rural/empreendimento. Estes podem ser ampliados e reproduzidos em uma escala usual.

RECURSOS HÍDRICOS

Recursos Hídricos (águas superficiais)

Caracterizar o regime hidrológico das bacias hidrográficas, da microbacia e com maior detalhamento da sub-bacia de intervenção, com mapa em escala adequada da rede hidrográfica.

Identificar todos os usos em potencial na microbacia e macrobacia na Área de influência Direta;

Caracterizar (descrever, localizar e identificar os mananciais de abastecimento público captação de água e outros usos atuais) na AID, os principais usos da água, apresentando a listagem das utilizações levantadas, suas demandas atuais e futuras, em termos quantitativos e qualitativos, bem como a análise das disponibilidades em face das utilizações atuais e projetadas. Considerar os usos consuntivos e não-consuntivos, sobretudo à jusante do empreendimento.

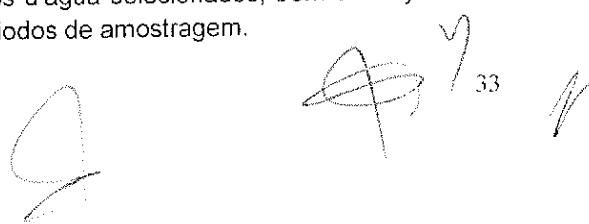
Apresentar carta-imagem (imagem de satélite) e arquivos digitais georreferenciados (shapefile e kmz) com a plotagem do empreendimento e identificando: a) os cursos d'água perenes e intermitentes da AID; b) as regiões de cabeceiras e nascentes; c) as estações hidrometeorológicas existentes considerando a localização, o tipo e período de operação; d) inventário das estações fluviométricas e pluviométricas, georreferenciadas.

Avaliar o comportamento e a influência hidrológica dos cursos d'água, considerando a intervenção do empreendimento nesse regime.

Apresentar padrão de drenagem.

Mapeamento das nascentes e áreas hidrologicamente sensíveis (áreas úmidas e alagáveis) localizadas na área de influência direta.

Apresentar o enquadramento dos cursos d'água selecionados, bem como justificar os critérios de escolha dos pontos e períodos de amostragem.



33

Recursos Hídricos (águas subterrâneas)

Apresentar a caracterização hidrogeológica dos aquíferos na área de influência com ênfase nos níveis d'água e pontos de recarga hídrica, e identificar os principais usos atuais e potenciais.

Avaliar a potencialidade dos aquíferos existentes na área de influência do empreendimento, estudando, entre outros: a) Localização, natureza, litologia e estruturas geológicas condicionantes; b) Profundidade dos níveis das águas subterrâneas, dando enfoque ao lençol freático; c) Relações com águas superficiais com outros aquíferos; d) Fontes de contaminação dos aquíferos; e) vulnerabilidade à contaminação dos aquíferos.

Identificar e justificar a necessidade de rebaixamento do lençol freático para execução das obras pretendidas, caso necessário, com a localização das áreas, destacando aquelas potencialmente contaminadas.

QUALIDADE DAS ÁGUAS

Para a qualidade das águas deve-se dar importância quanto à distribuição dos pontos amostrais para a coleta de água, tanto a água subterrânea, quanto à superficial, uma vez que esta distribuição deve abranger toda a área de influência. Justificar os critérios de escolha dos pontos de coleta e períodos de amostragem.

Mapa contendo a localização e características dos pontos de coleta, que deverão ser escolhidos tendo em vista programas de monitoramento futuros de qualidade das águas; As escolhas dos pontos deverão contemplar ambientes a jusante e a montante do empreendimento.

Características físico-químicas dos recursos hídricos, utilizando-se os parâmetros temperatura da água, temperatura do ar, transparência da água, cor, sólidos em suspensão, sólidos dissolvidos, turbidez, óleos e graxas, oxigênio dissolvido, DBO5, DQO, pH, condutividade elétrica, fósforo total, ortofosfato, nitrogênio orgânico total, nitrogênio total, nitrito, nitrato, amônia, dureza, Clorofila A e bacteriologia (coliforme totais e coliformes termotolerantes); metais: cádmio, chumbo, cobre, cromo total, níquel e zinco.

Para atividade com formação de reservatórios - Identificar as principais fontes poluidoras contribuintes, contendo sua identificação e quantificação. Este levantamento deve ser acompanhado de mapa de localização das fontes identificadas.

Realizar campanhas de campo contemplando o período chuvoso e seco (evitar períodos de transição).

Apresentar as cópias dos resultados das análises físico-químicas e bacteriológicas expedido pelo laboratório credenciado.

O resultado deverá ser analisado, contextualizado, discutido e interpretado levando em consideração os padrões de qualidade definidos pela resolução CONAMA 357/2005 e 396/2008, água superficial e subterrânea respectivamente, e outras normas vigentes. Os relatórios devem conter tabelas e gráficos que possibilitem a visualização direta dos dados para cada parâmetro avaliado.



Levantar e indicar as principais fontes poluidoras (pontuais e difusas) e as áreas contaminadas na AID, correlacionando-as com eventuais variações dos parâmetros de qualidade da água.

ESPELEOLOGIA E PALEONTOLOGIA

Apresentar o mapa com caminhamento espeleológico realizado em forma de trilha com delimitação da área afetada pelo empreendimento. Apresentar a ART do responsável técnico.

Quando houver a presença de feições cárstica e pseudo-cárstico:

- Realizar um diagnóstico de potencialidade de ocorrência de áreas cársticas e pseudo-cárstico, em atendimento ao Decreto Federal 99.556, de 01/10/90 (alterado pelo Decreto Federal 6640/2008) e à Instrução Normativa/MMA 002/2009, conforme especificações do "Termo de Referência para Levantamento do Patrimônio Espeleológico" emitido pelo Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Cecav/ICMBIO.
- Apresentar mapas impressos e digitais, carta-imagem (imagem de satélite ou foto aérea) e arquivos digitais georreferenciados (shapefile) com a delimitação completa das cavernas encontradas e catalogadas; delimitação das áreas afetadas pelo empreendimento demarcando as cavernas no subsolo.
- Apresentar detalhamento completo das cavernas, e o seu grau de importância e relevância com classificações seguindo as Normas e Resoluções do CECAV e a Instrução Normativa MMA Nº 2 de 20 de Agosto de 2009. Os dados deverão ser apresentados em tabelas, relacionando-os com as áreas atingidas em plantas e mapas. Portanto, apresentar Estudo Espeleológico específico (exocárstico e endocárstico), nos moldes já citados.

Apresentar um diagnóstico paleontológico abrangendo tanto o meio físico (aspectos geológicos e estratigráficos, conteúdo fóssilífero) quanto o socioeconômico (delimitação e aprovação de um sítio paleontológico, conforme modelo proposto pela SIGEP – Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos – <http://vsites.unb.br/ig/sigep/>).

7.1.3.2.2. MEIO BIÓTICO

Apresentar a caracterização e análise dos ecossistemas terrestres e aquáticos da área que pode ser atingida, direta ou indiretamente, pelo empreendimento, descrevendo os procedimentos metodológicos utilizados.

A situação ecológica da área deverá ser diagnosticada visando embasar a viabilidade ambiental do empreendimento. O diagnóstico deverá fornecer subsídios para a adoção de medidas mitigadoras e desenvolvimento de programas ambientais eficientes contra os impactos sobre a fauna e flora durante todas as fases do empreendimento.

METODOLOGIA GERAL

Deverão ser amostradas todas as fitofisionomias (com pontos amostrais representativos destas áreas) ocorrentes na AID com dados primários e secundários. Na AII os levantamentos poderão ser realizados a partir de dados secundários, quando suficientes para uma avaliação adequada da região. Caso contrário, devem ser levantados dados primários na AII, priorizando remanescentes mais representativos;

Em todas as amostragens deverão ser informados os números de campanhas realizadas, técnicas adotadas e os períodos em que elas ocorreram (contendo dia, mês e ano). A metodologia e o esforço amostral de cada grupo devem ser padronizados por fitofisionomia e ponto amostral, para possibilitar comparações ecológicas adequadas;

Os tipos de habitats deverão ser mapeados com indicação de suas áreas de abrangência, em termos percentuais e absolutos (incluindo áreas antropizadas, como pastagens e plantações);

O estudo deve contemplar, no mínimo, duas campanhas durante um ciclo hidrológico completo (seca e chuva), a serem realizadas nos picos das estações evitando assim, períodos de transição. Para a flora, além de atender a sazonalidade, as coletas deverão ser amplas para abranger todos os períodos de floração;

Apresentar os esforços amostrais (que devem ser padronizados). Sendo que as campanhas devem ser realizadas com esforço amostral de, no mínimo, sete dias cada (desconsiderando os dias de deslocamento e montagem de armadilhas de captura);

Apresentar o tratamento estatístico aplicado, contendo: índices de riqueza (com gráfico da "curva do coletor"), abundância, diversidade, equitabilidade para os taxa estudados e os índices de similaridade entre os ambientes amostrados, com análise crítica dos resultados;

Apresentar lista geral das espécies de cada grupo contendo: Ordem, Família, nomes científico e popular, número de indivíduos para cada espécie, método da identificação, habitats amostrados, ponto amostral e guildas tróficas (este último apenas para os grupos da fauna);

Descrever, fotografar, mapear e georreferenciar as estações de coleta e pontos amostrais, justificando suas escolhas e a metodologia aplicada;

Identificar, caracterizar e mapear todas as unidades de conservação federais, estaduais, municipais e as áreas prioritárias para conservação com as respectivas zonas de amortecimento (caso existentes, ou em processo de criação), nas áreas de influência (AII e AID), ou localizadas no entorno conforme Resolução CONAMA Nº 428/2010. Deverá ser citado o decreto de criação das UCs e os limites geográficos definidos em mapa com as respectivas distâncias com o empreendimento;

No caso de interferência do empreendimento em UC's deverão ser levantados os impactos ambientais efetivos ou potenciais sobre as unidades de conservação, sua zona de amortecimento ou área circundantes;

Caso tenha ocorrido coleta de material biológico, informar quais espécimes, suas quantidades e a declaração de recebimento da instituição onde foi depositado o material.

Todos os dados secundários apresentados deverão ser referenciados (conforme ABNT).
Apresentar memorial fotográfico datado.

Identificar e caracterizar áreas potenciais para fins de relocação da fauna que será resgatada, quando do desmatamento, conforme IN 146/2007 do IBAMA.

ECOSSISTEMAS TERRESTRES

   36 

• **Flora**

Para realizar a caracterização específica da flora regional, serão necessários:

- Levantamento atualizado e descrição das fitofisionomias das áreas de influência (Apresentar mapa com georreferenciamento de suas áreas e dos pontos amostrais);
- Levantamento fitossociológico das diversas formações vegetais identificadas com análise crítica dos resultados;
- Levantamento florístico nas fitofisionomias, com check list das espécies e descrição de suas características biológicas importantes, incluindo epífitas, como síndromes de polinização, dispersão, hábito, fisionomia mais usual, status de conservação, entre outras.
- Descrição das espécies vegetais indicadoras ambientais, de valor científico e econômico, raras, protegidas por lei, endêmicas ou ameaçadas de extinção e invasoras.
- Para as espécies ameaçadas, apresentar uma lista separada, considerando as listas da IUCN, listas oficiais do MMA/IBAMA, entre outras.
- Descrição de áreas de preservação permanente (nas AII e AID), áreas de reserva legal (na AID), bem como identificação de áreas degradadas, como erosões, áreas desflorestadas, em processos de desertificação e possíveis corredores ecológicos e/ou conexões existentes com outros fragmentos. Indicando sempre em mapas com georreferenciamento.
- Apresentar metodologias específicas de coleta e identificação botânica, inclusive as chaves de identificação.
- No caso de coleta de material botânico, além de declaração de recebimento da instituição científica em que fora depositado, o material deverá ser organizado em coleção em forma de exsicatas.
- Apresentar os resultados dos inventários florestais, incluindo informações sobre dominância, riqueza e abundância de espécies, diversidade, entre outras análises pertinentes, por fitofisionomia.
- Tendo em vista a necessidade de eventual supressão da vegetação, deverá abordar a caracterização quali-quantitativa desta vegetação, analisando-se sua relação com a fauna local.

• **Fauna**

Para realizar a caracterização específica da fauna regional, serão necessários:

- Levantamento dos grupos terrestres da fauna: Mastofauna (grandes mamíferos, pequenos mamíferos e quirópteros); Avifauna; Hepertofauna e Entomofauna;
- Levantamento dos organismos aquáticos: Ictiofauna, Bentons e Perifiton.
- Levantamento de bioespeleologia (caso haja cavidades naturais ou outros fenômenos cársticos nas áreas de influência do empreendimento);
- Identificação e destaque das espécies de interesse médico-sanitário, epidemiológico e agrícola (assim como as medidas de controle); cinegéticas e visadas para o tráfico ilegal; ameaçadas; endêmicas; bioindicadoras e análise da sua bioindicação (indicando a referência utilizada); migratórias; nômades e exóticas.
- Lista separada (com todos os grupos) das espécies de maior interesse conservacionista: ameaçadas, endêmicas e/ou listadas em algum anexo da

CITES. Para a classificação das espécies em ameaçadas, a equipe multidisciplinar deve consultar o maior número possível de listas globais, nacionais e regionais de fauna ameaçada (no mínimo as listas da IUCN e MMA);

- o No caso de coleta de exemplares da fauna, deverá ser apresentado certificado do depósito em coleção zoológica (científica e/ou didática) dos espécimes sacrificados ou encontrados atropelados, que deverão ser entregues devidamente etiquetados e conservados.

ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS

A caracterização do ecossistema aquático deverá atender, tecnicamente, à necessidade de se conhecer as condições biológicas dos cursos d'água. Os dados de campo deverão ser levantados à jusante e à montante do empreendimento.

Caracterizar quali-quantitativamente os seguintes grupos em todos os cursos hídricos da AID do empreendimento: Comunidades planctônicas, bentônicas, ictiofauna e as macrófitas. Utilizar dados secundários disponíveis da AII sobre a qualidade dos cursos hídricos (devidamente referenciados). Apresentar lista com a classificação das espécies.

Na caracterização das espécies, identificar organismos que possam servir como indicadores biológicos das alterações ambientais nos ecossistemas aquáticos, as espécies vetoras de doenças de veiculação hídrica e as de importância econômica.

Apresentar levantamento da ictiofauna local, incluindo a distribuição e diversidade das espécies; destacar as de interesse socioeconômico, reofílicas, introduzidas, endêmicas e ameaçadas de extinção. Identificar os locais de alimentação, desova, rotas migratórias e reprodução.

Incluir outros grupos faunísticos, caso se revelem importantes como indicadores biológicos ou relevantes nos ecossistemas aquáticos.

7.1.3.2.3. MEIO SOCIOECONÔMICO

Na definição das Áreas de Influência deverão ser consideradas todas aquelas localidades passíveis de sofrer, direta ou indiretamente, qualquer efeito advindo do planejamento, instalação e operação do projeto em análise.

Para o diagnóstico ambiental deverá ser indicada a metodologia utilizada no levantamento de dados primários, que são essenciais para a contextualização das áreas afetadas pelo planejamento/instalação/operação do empreendimento e suplementares às demais áreas.

A caracterização da população do entorno do empreendimento deverá basear-se primordialmente em coleta, levantamento e análise de dados primários e, complementarmente, dados secundários.

Apresentar a Metodologia empregada para levantamento dos dados e informações que subsidiarão o detalhamento de cada item relacionado ao Meio Socioeconômico, apresentando a forma e andamento dos trabalhos de levantamento de dados primários e/ou secundários. Dever-se-á contemplar o esforço amostral, instrumento utilizado, abordagem, período de aplicação etc. As informações apresentadas ao longo do estudo devem ter suas fontes explicitadas e referenciadas, inclusive os dados secundários de origem bibliográfica, acadêmico-científica ou digitalizada.

Utilizar, em caráter complementar, esquemas, tabelas, gráficos, fotos e mapas que contextualizem e sintetizem os dados apresentados, explorando as informações mais relevantes. A utilização de mapas, tanto impressos como em meio digital aberto (extensões kml, dxf, dwg, shp, mxd, gtm.), deve ser referenciada pela definição das áreas de influência do empreendimento, priorizados os dados de relevância espacial (aglomerados urbanos, povoados, comunidades e territórios étnicos; pontos turísticos e de patrimônio histórico/cultural/material; usos do solo; pólos produtivos, pivôs, barragens, etc.).

É imprescindível a caracterização do uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacadas as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos. Dever-se-á identificar, descrever e quantificar os circuitos, redes, cadeias e arranjos produtivos locais e regionais.

Devem ser destacados os meios e modos de vida das coletividades locais e suas singularidades étnicas e culturais, conforme uma abordagem antropológica e/ou sociológica. Dever-se-á também proceder à identificação e ao registro sistemático (literário, iconográfico, sonoro, visual etc.) do patrimônio cultural material e imaterial ameaçado, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade.

É necessária caracterização das demandas de mão de obra contratada e dispensadas ao longo das etapas de instalação, funcionamento e desativação do empreendimento, juntamente com as estratégias de inserção e desmobilização social.

A distribuição dos ônus e benefícios sociais decorrentes do planejamento, implantação, funcionamento e desativação do empreendimento e suas estruturas de apoio deve ser considerada na caracterização e avaliação dos impactos: na dinâmica sociocultural das populações locais; na organização econômica local e regional; nos usos dos recursos naturais; na infraestrutura local e regional (vias de acesso, saúde, segurança, educação, etc.).

Os impactos exigirão medidas mitigadoras, devendo-se constar do PBA (Plano Básico Ambiental), de forma explícita, quais impactos devam ser mitigados ou potencializados, assim como o objetivo, a metodologia, as ações a serem implementadas e os agentes responsáveis por sua execução (Sociólogo, Cientista Social, Antropólogo e/ou Assistente Social).

Apresentar formulário de consulta dos órgãos abaixo, que poderá ser requerido através do site oficial <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/> de acordo com a lei de acesso a informação (DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012):

- FUNAI sobre a existência de comunidades indígenas na área de influência do empreendimento;
- Fundação Palmares sobre a existência de comunidades quilombolas e tradicionais; c) INCRA sobre a existência de propriedades destinadas a projetos de assentamento rural e demarcação de territórios para comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Obs: em caso de positivo, será necessária a anuência do órgão para obtenção da LP.

Apresentar ofício de anuência do IPHAN específico para a fase de LP, conforme Portaria 007/88 IPHAN.

É necessário o levantamento dos principais indicadores sociais na área de influência para que, a partir da análise da situação atual e das tendências históricas, seja possível a adequada projeção e avaliação das transformações decorrentes da implantação e operação do empreendimento. Neste sentido, no diagnóstico, devem ser abordados, no mínimo:

  9 39 

- Caracterização socioeconômica e cultural da AII;
- Mapear e caracterizar a distribuição espacial da população urbana e rural; Indicadores de crescimento e densidade demográfica, com projeção de crescimento demográfico e indicadores de nível de vida da população;
- Para os municípios afetados deverá ser apresentada também estimativa de migração em decorrência da realização das atividades propostas; Identificar as entidades civis, sindicais, ambientais, dentre outras atuantes na região;
- Processo histórico de ocupação humana, econômica e cultural regional e local (municípios);
- Principais aspectos político-administrativos dos municípios;
- Dinâmica populacional regional;
- Aspectos econômicos atuais;
- Organização social;
- Pólos regionais;
- Infraestrutura e serviços:
 - Saúde;
 - Educação;
 - Assistência social;
 - Viária e de transportes;
 - Saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos);
 - Segurança pública;
 - Sistemas de comunicação;
 - Turismo e lazer;
 - Condições e padrões habitacionais;
- Dinâmica territorial – uso e ocupação do solo.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL DA AID

Aspectos gerais;

Aspectos demográficos e socioeconômicos;

Uso e ocupação do solo e água (com mapa georreferenciado);

Diagnosticar e mapear as atividades econômicas desenvolvidas nas áreas de influência, apontando os indicadores e taxas de participação dos setores primários, secundários e terciários. Devem-se identificar os pólos e centros de referência em comércio, saúde, educação, políticas públicas, sociais e ambientais;

Identificar conflitos locais e regionais nas áreas de influência;

Caracterizar as atividades turísticas da região, identificando as interferências causadas pelo empreendimento;

Sinergia com outras atividades na região;

Diagnosticar os principais impactos socioeconômicos decorrentes da operação de atividades nos municípios em que tais atividades são desenvolvidas tais como: violência, prostituição e exploração sexual (inclusive infantil), drogas, entre outros;

Apresentar as ações realizadas pelos setores envolvidos desses municípios (empresas, poder público e entidades civis, dentre outros) para mitigação desses impactos;

Apresentar e/ou descrever a situação atual do plano diretor municipal, plano de desenvolvimento, zoneamento da área de influência direta;

Identificar projetos na área de educação ambiental em execução ou previstos para a região;

Identificar e caracterizar assentamentos existentes ou a serem regulamentados.

Apresentar informações sobre as áreas total ou parcialmente adquiridas (ou a serem negociadas) e se haverá necessidade de deslocamento de moradores;

Realizar a caracterização da população do entorno do empreendimento (moradores, vilarejos, comunidades), na qual conste, no mínimo:

A estrutura fundiária das propriedades (tamanho, atividades econômicas com renda proporcional, usos do solo e da água, etc.);

Infraestrutura local (vias de acesso, saneamento, transporte, etc.);

Caracterização sociocultural (estilos de vida local, costumes, número de moradores, faixa etária, atividades produtivas, existência de meeiros, arrendatários, etc.)

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

Identificar os bens imóveis urbanos e rurais, públicos e privados de relevância histórica ou cultural;

Identificar os saberes e fazeres da população e as manifestações de cunho artístico, cultural e religioso (bens imateriais);

Elaborar relatório de avaliação atual do patrimônio arqueológico conforme a portaria 230/02-IPHAN;

Indicar as áreas de potencial arqueológico alto, baixo e inexistente, com base em revisão da bibliografia, avaliação da possibilidade de existência de sítios, intensidade dos processos destrutivos atuantes;

Identificar os riscos atuais ao patrimônio arqueológico, cultural e paisagístico.

COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Comunidades indígenas - identificar as terras indígenas nas áreas de influência direta e indireta, considerando: aldeias e suas populações; localização geográfica das terras indígenas, município e vias de acesso e localização do posto da FUNAI; distribuição espacial do grupo na terra indígena; caracterização da população atual; a localização das terras indígenas deverá constar no mapa de sensibilidade ambiental;

Comunidades quilombolas - identificar comunidades remanescentes de quilombos existentes nas áreas de influência direta e indireta a partir de registros em órgãos oficiais para área de influência indireta e pesquisa de campo, apresentando sua localização geográfica, vias de acesso e caracterizando a população atual;

Populações tradicionais - identificar as populações tradicionais existentes, nas áreas de influência direta e indireta apresentando sua localização geográfica geral, caracterizando a população e os aspectos socioeconômicos e culturais;



7.1.3.5. ANÁLISE INTEGRADA

Após o diagnóstico de cada meio, deverá ser apresentada uma síntese do meio físico, biótico e socioeconômico que caracterize a área de influência do empreendimento de forma global, contendo a interação dos itens de maneira a caracterizar as principais inter-relações dos meios físico, biótico e socioeconômico.

Deverá ser realizada uma análise das condições ambientais atuais e suas tendências, explicitando as relações de dependências e/ou de sinergia entre os fatores ambientais anteriormente descritos, de forma a se compreender a estrutura e a dinâmica ambiental da bacia hidrográfica, contemplando projetos implantados ou futuros.

Esta análise terá como objetivo fornecer dados para avaliar e identificar todos os impactos decorrentes do empreendimento, bem como a qualidade ambiental futura da região.

7.1.3.6. IMPACTOS AMBIENTAIS

Os impactos ambientais serão apresentados em duas formas:

- Uma descrição detalhada dos impactos sobre cada fator ambiental relevante, considerado no diagnóstico ambiental, a saber: impactos sobre o meio físico; biótico e socioeconômico;
- Uma síntese conclusiva dos impactos relevantes de cada fase prevista para o empreendimento (planejamento, implantação e operação) e, para o caso de acidentes, acompanhada da análise (identificação, previsão da magnitude e interpretação) de suas interações.

Apresentar análise (identificação, valoração e interpretação) dos prováveis impactos ambientais nas fases de planejamento, implantação, operação e quando for o caso, desativação do empreendimento, devendo ser determinados e justificados os horizontes de tempo considerados.

Os impactos serão avaliados nas áreas de estudo definidas para cada um dos fatores estudados, caracterizados no item "Diagnóstico ambiental da área de influência", podendo, para efeito de análise, ser considerados como: impactos diretos e indiretos; benéficos e adversos; temporários, permanentes e cíclicos; imediatos, a médio e longo prazo; reversíveis e irreversíveis; locais, regionais e estratégicos; impactos em Unidades de Conservação e Zonas de Amortecimento.

A análise dos impactos ambientais inclui, necessariamente, identificação, previsão de magnitude e interpretação da importância de cada um deles, permitindo uma apreciação abrangente das repercussões do empreendimento sobre o meio ambiente, entendido na sua forma mais ampla.

O resultado dessa análise constituirá um prognóstico da qualidade ambiental da área de influência do empreendimento, nos casos de adoção do projeto e suas alternativas, mesmo na hipótese de sua não implementação.

7.1.3.7. QUALIDADE E PROGNÓSTICO AMBIENTAL

O prognóstico ambiental deverá ser elaborado após a realização do diagnóstico, análise integrada e avaliação dos impactos, considerando: a não implantação do empreendimento; as relações sinérgicas, efeitos cumulativos e conflitos oriundos da implantação de outras atividades; implantação e operação do empreendimento com implementação das medidas e programas ambientais e os reflexos sobre os meios físico, biótico e socioeconômicos e no desenvolvimento da região.

O prognóstico ambiental deverá considerar os estudos referentes aos diversos temas de forma integrada e não apenas um compilado dos mesmos, devendo ser elaborados quadros

prospectivos mostrando a evolução da qualidade ambiental na área de influência do empreendimento, avaliando dentre outros, a nova dinâmica de ocupação territorial.

Em um quadro sintético, expor as interações dos fatores ambientais físicos, biológicos e socioeconômicos, indicando os métodos adotados para análise dessas interações do estudo do projeto, com o objetivo de descrever as inter-relações entre os componentes físico, biótico e socioeconômicos do ambiente a ser afetado pelo empreendimento.

Identificar e analisar: os efeitos ambientais (positivos ou negativos) de cada alternativa proposta comparando ao projeto; as possibilidades tecnológicas e econômicas de prevenção, controle, mitigação e reparação dos efeitos negativos as tendências evolutivas daqueles fatores que foram importantes para caracterizar a interferência do empreendimento.

7.1.3.8. PROPOSIÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Explicitar as medidas que visam minimizar os impactos adversos, identificados e quantificados no item anterior. Essas medidas deverão ser apresentadas e classificadas quanto:

- À sua natureza: preventiva ou corretiva; compensatória; mitigadora; potencializadora de sua eficácia; dentre outras;
- À fase do empreendimento em que deverão ser adotados: planejamento, implantação e operação, e para o caso de acidentes;
- Ao fator ambiental a que se destina: físico, biótico ou socioeconômico;
- Ao prazo de permanência de sua aplicação: curto, médio ou longo;
- À responsabilidade por sua implementação: empreendedor, poder público ou outros;

Deverão ser mencionados os impactos adversos que não possam ser evitados ou mitigados.

Nos casos de necessidade de reabilitação de áreas degradadas, deverão ser considerados os seguintes aspectos:

- Identificação e mapeamento das diferentes áreas a serem reabilitadas;
- Definição no uso da área, justificando a escolha (reabilitação social) da área;
- Definição das etapas e métodos da reabilitação, levando em consideração o uso da área e os seguintes itens: estabilidade de aterros e escavações; solo; hidrologia; recomposição topográfica e paisagística; revegetação e definição do cronograma;

O estudo deverá contemplar as UC e suas zonas de amortecimento impactadas e que deverão ser objeto da compensação ambiental definida no art. 36 da lei 9985/2000.

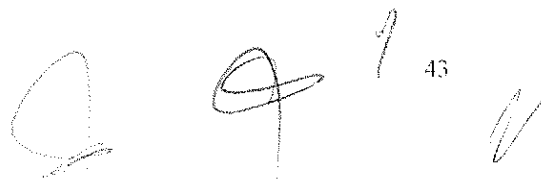
Indicar uma proposta de Unidades de Conservação a serem beneficiadas com os recursos da Compensação Ambiental, considerando o previsto no art. 33 do Decreto nº 4340/02, nos artigos 9º e 10 da Resolução CONAMA 371/06 e as diretrizes e prioridades estabelecidas pela Câmara Federal de Compensação Ambiental.

7.1.3.9. PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Apresentar os programas de acompanhamento da evolução dos impactos ambientais positivos e negativos, causados pelo empreendimento, considerando-se as fases de planejamento, de implantação e de operação, e de acidentes.

Conforme o caso poderá ser incluído a indicação e justificativa:

- Dos parâmetros selecionados para a avaliação dos impactos sobre cada um dos fatores ambientais considerados;

 43

- Da rede de amostragem, incluindo seu dimensionamento e distribuição espacial;
- Dos métodos de coleta e análise de amostras;
- Da periodicidade de amostragem para cada parâmetro, segundo os diversos fatores ambientais;
- Dos métodos a serem empregados no processamento das informações levantadas, visando retratar o quadro da evolução dos impactos ambientais causados pelo empreendimento.

7.1.3.10. ANÁLISE DE RISCO

A Análise de Risco deverá apresentar e analisar o histórico de acidentes do aeroporto, realizar um diagnóstico com estudos específicos para cada um dos componentes e sistemas presentes no sítio aeroportuário, identificando as situações potenciais de acidentes e emergências que possam acarretar danos ao meio ambiente, ao sítio aeroportuário e áreas de entorno.

Os estudos necessários a Análise de Risco deverão apresentar a metodologia a ser utilizada, contemplando:

- análise preliminar de risco;
- caracterização da atividade, com identificação do potencial de risco das instalações, dados e informações do sítio aeroportuário, necessárias à análise;
- reconhecimento de perigos, com a identificação, hierarquização e probabilidade da ocorrência das hipóteses acidentais levantadas, apontando aquelas de maior relevância;
- análise de consequências e vulnerabilidade, com estudos específicos para cada um dos eventos acidentais mais relevantes identificados, mensuração dos impactos e danos potenciais.

A análise de risco deverá sumarizar informações sobre materiais perigosos existentes no sítio aeroportuário, incluindo o impacto potencial de cada material sobre o meio ambiente e medidas de controle para prevenir e mitigar lançamentos acidentais.

A análise de risco deverá conter estudo de documentos existentes, que possam conter procedimentos para atendimento à emergências, de forma a complementar os Planos existentes e evitar a duplicidade de ações. Devem ser analisados os documentos existentes até mesmo de outros aeroportos, tais como: Plano de Emergência para Acidentes Aeronáuticos, Plano de Rádio Proteção, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, bem como controle de acidentes na área de armazenamento e distribuição de combustíveis.

7.1.3.11. CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS ESTUDOS

As considerações finais deverão contemplar uma análise consolidada dos fatores bióticos, físicos e socioeconômicos, com avaliação de todas as interferências das atividades de implantação e operação do empreendimento no meio ambiente como um todo, fornecendo-se informações a respeito da viabilidade ambiental deste projeto.

7.1.4. Relatório de impacto ambiental (RIMA)

O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA refletirá as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental - EIA.

As informações técnicas serão expressas em linguagem acessível ao público geral, ilustradas por mapas em escalas adequadas, quadros, gráficos ou outras técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender claramente as possíveis consequências ambientais do projeto e de suas alternativas, comparando as vantagens e desvantagens de cada uma delas.

O Relatório de Impacto Ambiental - RIMA deverá conter, basicamente:

- Os objetivos e as justificativas do projeto, bem como sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais, em desenvolvimento e/ou implementação;
- A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando, para cada uma delas, na fase de construção e operação a área de influência, as matérias-primas e mão de obra, as fontes de energia, as emissões e resíduos, os empregos diretos e indiretos a serem gerados e benefícios socioambientais do projeto e da área de influência;
- A síntese dos resultados dos estudos sobre o diagnóstico ambiental da área de influência do projeto;
- A descrição dos impactos ambientais analisados, considerando o projeto, as suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;
- A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações de adoção do projeto e de suas alternativas, bem como a hipótese de sua não realização;
- A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados e o grau de alteração esperado;
- Programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;
- Recomendação quanto à alternativa mais favorável.
- Composição da equipe autora dos trabalhos.

7.1.5. São obrigações da CONTRATADA nas Audiências Públicas:

- comunicar ao CONTRATANTE da necessidade de realização dos eventos, bem como a sua programação dos eventos;
- divulgar a realização das Audiências Públicas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de veículos de rádio, jornais impressos, folhetos, cartazes e/ou por meio de carro de som;
- prestar apoio local das Audiências Públicas (recepção, som, iluminação, apoio no salão e segurança);
- elaborar apresentação audiovisual para as Audiências Públicas, prevendo meios alternativos de apresentação para casos fortuitos, tal como falta de energia elétrica nos locais dos eventos;
- alugar os equipamentos multimídia que se fizerem necessários;
- elaborar e providenciar a impressão de 500 (quinhentos) folhetos (com aproximadamente 5 páginas) para distribuição de informações ao público;
- providenciar a impressão de "posters" e "banners" informativos para o local do evento;
- apresentar o projeto nas audiências públicas, nas datas e nos locais marcados pela SEMARH-GO;
- participar da elaboração da Ata das Audiências Públicas que serão arquivadas com o licenciamento na SEMARH-GO;
- providenciar o registro fotográfico dos eventos;
- providenciar o aluguel de Espaço Físico, (auditórios ou salões), se necessário.

7.2. Relatório Ambiental Simplificado (RAS)

O Relatório Ambiental Simplificado (RAS) tem como objetivo oferecer elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente.

CONTRATO Nº 2014/8593-0001 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, E A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

O RAS deve propiciar a avaliação dos impactos ambientais causados nas fases de implantação e operação do empreendimento, e a definição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias para a minimização ou eliminação dos impactos ambientais negativos.

A CONTRATADA deverá prestar todo assessoramento técnico necessário, em consonância ao **item 10 da Parte 2 deste Documento**.

O Relatório Ambiental Simplificado deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) caracterização da situação ambiental local;
- b) caracterização do empreendimento/atividade;
- c) relação dos impactos ambientais identificados;
- d) relação das medidas ambientais recomendadas.

Segue um roteiro do RAS que contempla o conteúdo mínimo das informações a serem consideradas na elaboração do relatório. Cabe ressaltar, que dependendo da complexidade do empreendimento poderão ser solicitadas informações complementares.

- a) Identificação do empreendedor:
 - nome/razão social;
 - endereço para correspondência;
 - telefone, fax, e-mail; e
 - identificação do responsável.





- b) Caracterização do empreendimento - a caracterização do projeto deve ser apresentada de forma a possibilitar a sua compreensão, a compatibilidade com as normas legais, a sua adequação ambiental e conter no mínimo:
 - a justificativa do empreendimento com base na demanda a ser atendida, geração de empregos, dentre outros;
 - o projeto conceitual do empreendimento (fornecido pelo CONTRATANTE);
 - a área total do terreno e área total construída;
 - as vias de acessos e condições de tráfego;
 - a descrição e apresentação do projeto com: plantas, cortes e perfis das diversas unidades previstas. As informações devem abordar as ações e suas principais características durante as fases de planejamento, implantação e operação do empreendimento;
 - a taxa de impermeabilização do solo prevista para a ocupação da área;
 - o volume, classificação e destino final dos resíduos gerados a partir de demolições/desmanche de estruturas preexistentes. A caracterização dos resíduos obedecer deve ser fundamentada na Resolução CONAMA Nº 307/2002;
 - o volume e tipos de resíduos da construção civil que serão gerados e destino final em acordo com a Resolução CONAMA Nº 307/2002;
 - a população e densidade de ocupação;
 - a demanda a ser gerada pelo empreendimento (indicando sistemas previstos de abastecimento de água, e energia, disposição final de efluentes e resíduos sólidos);
 - o canteiro de obras, incluindo geração prevista de resíduos sólidos, efluentes sanitários e industriais;
 - a produção de ruído, odor e material particulado durante as fases de implantação e operação do empreendimento;
 - o valor total do investimento.

c) Caracterização da situação ambiental

- A caracterização da situação ambiental da área a ser diretamente afetada deve proporcionar a análise dos meios físico, biótico e socioeconômico antes da implantação do empreendimento.
- A caracterização deverá abordar no mínimo:
 - a descrição geral da área do empreendimento, incluindo dados sobre o uso atual e uso anterior. Caso a área tenha sido utilizada para atividades industriais, classificar a atividade respectivo código de acordo com a nomenclatura do IBGE. Documentar por meio de fotografias atualizadas, legendadas e datadas;
 - as coordenadas geográficas dos limites da área utilizando o sistema de referência UTM;
 - as condições e características dos acessos, tráfego - mencionado a hierarquização viária municipal;
 - informações sobre a bacia hidrográfica e sub-bacia as quais estão inseridas o empreendimento. Identificar os corpos d'água e respectivas classes de uso, se existente;
 - a profundidade do freático e uso da água no local, à montante e à jusante, se existente;
 - a geologia, geomorfologia, e do solo voltados ao entendimento da dinâmica superficial do local e região. Informar a declividade da área;
 - as condições geotécnicas do solo. Ensaio geotécnicos que se mostrarem necessários deverão ser anexados ao relatório ambiental para subsidiarem a análise; (fornecido pelo Banco do Brasil S.A.)
 - a susceptibilidade da área afetada aos fenômenos do meio físico (inundação, erosão, escorregamento, subsidência, colapso, recalque);
 - a identificação de terrenos alagadiços ou sujeito a inundações. Se positivo, apresentar planta mostrando a cota de inundação, datar e descrever os últimos três eventos de enchentes ocorridos no local;
 - no caso de passivo ambiental, a descrição das principais conclusões a respeito da contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas, e respectiva análise de risco à saúde humana. Caso necessária medida mitigadora ou corretiva, descrever o processo proposto;
 - ecossistemas terrestres, aquáticos e de transição;
 - as emissões de ruído de acordo com os dispositivos legais da legislação vigente;
 - as emissões de odores e materiais particulados na atmosfera;
 - unidades de conservação federais, estaduais e municipais na área do projeto e relacionar as possíveis restrições devidas as proximidades do empreendimento de unidade(s) de conservação(UC) e Área de Preservação Permanente (APP);
 - mapa de uso e ocupação do solo, considerando um raio mínimo de 500 metros ao redor do empreendimento.
 - patrimônio arquitetônicos, históricos ou artísticos na área do empreendimento.

d) Avaliação de impactos ambientais e proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

- Correlacionar os potenciais impactos ambientais positivos e negativos causados pelas diversas ações do empreendimento nas fases de implantação e operação, de acordo com o fator afetado (físico, biótico e socioeconômico).

   47 

- Considerar no mínimo as seguintes interferências:
 - na infraestrutura existente de abastecimento de água, energia, esgotamento sanitário, de águas pluviais e de resíduos sólidos;
 - na infraestrutura existente de educação, transportes, saúde, lazer, etc;
 - no uso do solo;
 - no tráfego da área durante as fases de implantação e operação;
 - no nível de ruído durante a fase de implantação;
 - na emissão de odores e particulados na atmosfera durante a fase de implantação;
 - na intensificação dos processos erosivos;
 - na cobertura vegetal e fauna;
 - nos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;
 - na oferta de emprego de mão de obra qualificada e não qualificada nas fases de implantação e de ocupação do empreendimento.
 - Propor medidas mitigadoras e/ou compensatórias para cada impacto ambiental previsto e apresentar quadro - síntese, relacionando os impactos com as medidas propostas, cronograma e responsável pela execução.
- e) Identificação do(s) responsável(is) técnico(s) pelo estudo.
- Nome;
 - CPF;
 - Qualificação profissional;
 - Número no conselho de classe e região;
 - Endereço (logradouro, número, bairro, município, CEP, fone (DDD – nº));
 - Declaração do(s) profissional(is), sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras;
 - Local e data;
 - Assinatura do responsável técnico;
 - Número da(s) ART(s) e data(s) de expedição.
- f) Referências.
- Citar as referências consultadas, incluindo as páginas eletrônicas com data e hora do acesso.

7.3. Relatório de Controle Ambiental (RCA)

O Relatório de Controle Ambiental (RCA) será apresentado pelo requerente do licenciamento ambiental e constituir-se-á de uma série de informações, levantamentos e/ou estudos, destinados a permitir a avaliação das ações antrópicas sobre as áreas de influência direta e indireta, resultantes da instalação e funcionamento de atividades modificadoras do meio ambiente. Assim, o RCA deverá conter as informações que permitam caracterizar o empreendimento a ser licenciado e, principalmente, os resultados dos levantamentos e estudos realizados pelo empreendedor, os quais permitirão identificar as não conformidades legais referentes à poluição.

Deste modo, o RCA será o documento que norteará as ações mitigadoras a serem propostas no Plano de Controle Ambiental - PCA, visando solucionar os problemas detectados. Ressalta-se que o RCA e o PCA são documentos distintos.

   48 

O conteúdo básico do RCA para a atividade aeroportuária deverá abordar aspectos como: a descrição do local onde se encontra o empreendimento, a caracterização dos insumos e produtos utilizados, a caracterização das emissões geradas nos diversos setores do empreendimento (ruídos, efluentes líquidos, poluição atmosférica e resíduos sólidos), descrição do sistema de controle de águas pluviais, descrição do sistema de tratamento dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos, descrição dos métodos de disposição final dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento, avaliação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, avaliação da ocorrência de acidentes, monitoramento ambiental e análise custo x benefício.

A CONTRATADA deverá prestar todo assessoramento técnico necessário, em consonância ao **item 10 da Parte 2 deste Documento**.

A apresentação do Relatório de Controle Ambiental deverá destacar as informações mais relevantes quanto à interferência no meio ambiente, seguindo o roteiro apresentado a seguir.

7.3.1. Informações gerais

a) Identificação do empreendimento:

- razão social;
- nome fantasia;
- CNPJ/MF;
- endereço do empreendimento;
- endereço para correspondência, telefone/fax e e-mail;
- nome do proprietário do empreendimento;
- nome do responsável pelo contato com o órgão licenciador.

b) Localização e acesso:

- descrição sobre a localização do empreendimento, inclusive com a apresentação das coordenadas geográficas;
- informações sobre o roteiro de acesso, incluindo um mapa, em escala, de acesso.

7.3.2. Informações específicas do empreendimento





a) Apresentar informações sobre as áreas de ocupação do empreendimento, incluindo:

- área total;
- área construída;
- área destinada a expansões; e
- área destinada a disposição dos resíduos sólidos no solo.
- localização das unidades de tratamento e/ou disposição final de efluentes líquidos (quando for o caso) e resíduos sólidos;
- uso do solo do aeroporto;
- os cursos d'água presentes na propriedade, se existente;

b) Leiaute da atividade: apresentar mapa, em escala, do empreendimento, contemplando as informações descritas a seguir:

- benfeitorias (TPS, pátio, pista, TWR, hangares e etc.);
- banheiros, vestuário e refeitório;

- sistema de tratamento dos efluentes líquidos, se existente;
 - sistema de armazenamento e/ou disposição final de resíduos sólidos; e
 - apresentar coordenadas geográficas.
- c) Emissões: apresentar informações que permitam caracterizar as emissões geradas no empreendimento antes de qualquer tratamento, incluindo:
- caracterização e quantificação (diária, mensal e anual) dos resíduos sólidos gerados no empreendimento;
 - vazão de todos os efluentes líquidos do processo produtivo, quando for o caso. No regime descontínuo, especificar a vazão de periodicidade de cada descarga.
- d) Sistema de controle, tratamento e disposição final de efluentes líquidos, óleos e graxas: apresentar informações referentes ao sistema de controle, tratamento e disposição final dos efluentes líquidos gerados no empreendimento, quando for o caso.
- e) Caracterização das áreas de influência do empreendimento: descrever em linhas gerais, o relacionamento do empreendimento com a comunidade, o nível de conhecimento da comunidade quanto ao uso do aeroporto, quanto às suas potenciais consequências para o meio ambiente e as ações do empreendedor no sentido de minimizar os impactos ambientais produzidos.
- f) Diagnóstico ambiental da área de influência do empreendimento apresentando informações sobre o:
- curso d'água mais próximo do empreendimento, a bacia hidrográfica a qual pertence, as vias de acesso ao aeroporto; os assentamentos populacionais, as indústrias, a(s) cidade(s) etc. Tais dados deverão ser indicados em mapa;
 - descrição básica sobre: a geologia, a pedologia, a geomorfologia, a meteorologia, a qualidade da água, a qualidade do ar, a fauna (terrestre e aquática) e a flora (terrestre e aquática);
 - existência de pontos regionais de interesse histórico, cênico, cultural e natural;
- g) Avaliação dos impactos ambientais: apresentar informações que possibilite a avaliação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. Tais informações deverão ser apresentadas de acordo com as subdivisões a seguir:
- apresentar a definição da área de influência direta e indireta do empreendimento objeto de licenciamento ambiental, por meio de mapeamento em escala adequada;
 - apresentar a relação dos elementos causadores dos impactos ambientais decorrentes da atividade desenvolvida;
 - identificar, qualitativa e quantitativamente, os impactos ambientais decorrentes da atividade desenvolvida, representando-os através de matriz de impacto ambiental;
 - descrever os impactos ambientais decorrentes da atividade desenvolvida, bem como seus efeitos; e
 - descrever as medidas a adotadas para mitigar os impactos ambientais decorrentes do empreendimento em questão.
- h) Análise de Custo X Benefício: apresentar uma descrição da relação custo x benefício dos ônus e benefícios socioambientais do projeto e da área de influência.

   50 

7.3.3. Identificação do(s) responsável(is) técnico(s) pelo estudo

- Nome;
- CPF;
- Qualificação profissional;
- Número no conselho de classe e região;
- Endereço (logradouro, número, bairro, município, CEP, fone (DDD – nº);
- Declaração do(s) profissional(is), sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras;
- Local e data;
- Assinatura do responsável técnico;
- Número da(s) ART(s) e data(s) de expedição.

7.3.4. Referências

Citar as referências consultadas, incluindo as páginas eletrônicas com data e hora do acesso.

8. ELABORAÇÃO DE PLANO AMBIENTAL

8.1. Plano Básico Ambiental (PBA)

Na conclusão do EIA/RIMA é elaborado o planejamento ambiental das atividades constituintes do empreendimento proposto, correlacionado às medidas de proteção ambiental e medidas compensatórias, em função da significância dos impactos ambientais.

A CONTRATADA deverá prestar todo assessoramento técnico necessário, em consonância ao **item 10 da Parte 2 deste Documento**.

Deverá ser elaborado PBA específico para as Comunidades Quilombolas e para as Comunidades Indígenas, em separado, que conterà os programas próprios identificados nos estudos, para as Comunidades.

O PBA se constitui no detalhamento dos Programas Ambientais estabelecidos no EIA/RIMA aprovado pela SEMARH-GO.

8.1.1. Programas Ambientais





Deverão constar do PBA os Programas já indicados no TR da SEMARH-GO e os indicados no EIA/RIMA.

A empresa que desenvolver o presente trabalho será responsável também por outros programas que possam vir a surgir devido a novas orientações da SEMARH-GO.

No caso de Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, a contratada deverá levar em conta somente a recuperação de passivos ambientais existentes na faixa de influência direta do empreendimento, ou que porventura tenham origem na mesma e suas ocorrências as ultrapassem.

8.1.2. Estruturas dos Programas Ambientais

Os Programas Ambientais a serem elaborados neste PBA deverão conter a estrutura indicada a seguir:

   51 

- a) Justificativa: descrever quais as situações e problemas que geram a necessidade do Programa, ou seja, quais os impactos resultantes do empreendimento que podem ser minimizados com sua implementação;
- b) Objetivos do Programa: explicitar o objetivo geral do Programa, bem como seus objetivos específicos, que deverão demonstrar a maneira pela qual será alcançado o objetivo geral e deverão ser definidos para cada etapa do Programa, quando couber;
- c) Metas: apresentar metas, que deverão ser vinculadas aos objetivos específicos e ser mensuráveis no monitoramento do programa;
- d) Indicadores: para o estabelecimento de indicadores, quando pertinente, dever-se-á considerar sua representatividade e sensibilidade às mudanças, objetivando determinar as condições do meio ambiente e a eficiência da gestão ambiental durante o desenvolvimento da atividade;
- e) Público-Alvo: identificar o público-alvo a ser atingido com o Programa;
- f) Metodologia e Descrição do Programa: descrever o modo como será desenvolvido o Programa, explicitando claramente seus métodos e técnicas específicas;
- g) Etapas de Execução: descrever as etapas que compõem o Programa;
- h) Interrelação com Outros Planos e Programas: quando houver interação entre Programas, a interrelação e o grau de interferência para se alcançarem os objetivos determinados deverão ser explicitados, sempre que cabível;
- i) Atendimento a Requisitos Legais e/ou outros Requisitos: todos os Programas deverão considerar os requisitos legais, bem como normas e diretrizes aplicáveis. O atendimento aos requisitos deverá fazer parte dos objetivos do Programa;
- j) Recursos Necessários: descrever os recursos físicos, humanos e financeiros;
- k) Cronograma Físico-Financeiro: detalhar as ações a serem implementadas em cada etapa do Programa, bem como os recursos que serão gastos em cada uma;
- l) Acompanhamento e Avaliação: estabelecer procedimentos para o acompanhamento e avaliação do desempenho no cumprimento do Programa.
- m) Responsáveis pela Implementação do Programa: especificar os responsáveis pela implementação do Programa, incluindo as instituições envolvidas e as respectivas responsabilidades durante todo o processo de implementação.
 - Incluir informações como: tipo de instituição (governamental ou não, privada, etc), endereço e responsável, dentre outros. Deve ser indicado, mesmo que de forma preliminar, qual a forma prevista para sua implementação (execução própria, contratação de serviço, convênio, etc).
- n) Responsáveis Técnicos: apresentar, sempre que disponível, os responsáveis técnicos pelo Programa, bem como a equipe técnica, indicando a área profissional de atuação, o número de registro no respectivo conselho de classe, quando couber, e no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental do IBAMA (no caso deste último, anexar cópia). Nos casos em que não se dispuser de informações definitivas deverão ser apresentadas as

características daquilo que se propõe como a melhor forma para a realização do Programa (perfil profissional, relação com o empreendedor, exigências técnicas e experiência).

o) Bibliografia: relacionar a bibliografia utilizada na elaboração do Programa.

8.1.3. Produtos finais do PBA

Da mesma forma que no item "7.1.7. Produto final do EIA/RIMA", os produtos finais do PBA deverão atender aos requisitos ali apresentados.

8.1.4. Identificação do(s) responsável(is) técnico(s) pelo estudo.

- Nome;
- CPF;
- Qualificação profissional;
- Número no conselho de classe e região;
- Endereço (logradouro, número, bairro, município, CEP, fone (DDD – nº));
- Declaração do(s) profissional(is), sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras;
- Local e data;
- Assinatura do responsável técnico;
- Número da(s) ART(s) e data(s) de expedição.

8.1.5. Referências

Citar as referências consultadas, incluindo as páginas eletrônicas com data e hora do acesso.

8.2. Plano de Controle Ambiental (PCA)

O Plano de Controle Ambiental (PCA) deve ser apresentado para o pedido da Licença Ambiental de Instalação (LI) ou outra licença que viabilize o início dos projetos e das obras.

O PCA deve apresentar todos os impactos previstos para a fase de implantação da obra, as respectivas medidas mitigadoras e/ou de controle e como ficarão registradas estas medidas mitigadoras/controles.

Os registros poderão ser feitos por meio de fotos, relatórios, fichas de registros, notas fiscais e documentos (Certificados de Transportes de Resíduos (CTR's), etc.) desde que comprovem a adoção das medidas mitigadoras/controles adotados.

A CONTRATADA deverá prestar todo assessoramento técnico necessário, em consonância ao **item 10 da Parte 2 deste Documento**.

O PCA deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- identificação do Estabelecimento - razão social, localização e natureza do empreendimento;
- descrever os impactos/interferências que ocorrerão no transcorrer da obra e indicar as medidas mitigadoras propostas, de acordo com as informações fornecidas pela SEMARH-GO ou apresentadas no RCA ou em outro estudo ambiental, conforme o caso. As medidas propostas deverão ser claramente descritas;
- descrever quais serão as ações de controle dos impactos/interferências apontados no item anterior e sua periodicidade;

- descrever qual será o método de registro que comprove o controle dos impactos/interferências (fotos, relatórios, fichas de registro, CTR's, documentos fiscais, etc) e sua periodicidade de medição;
- o PCA deve ser assinado pelo responsável pela elaboração e implantação do plano;
- o PCA deve servir de subsídio para a elaboração do Relatório Final da Obra, a ser entregue para solicitação da Licença de Operação (LO).

8.2.1. Identificação do(s) responsável(is) técnico(s) pelo estudo.

- Nome;
- CPF;
- Qualificação profissional;
- Número no conselho de classe e região;
- Endereço (logradouro, número, bairro, município, CEP, fone (DDD – nº);
- Declaração do(s) profissional(is), sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras;
- Local e data;
- Assinatura do responsável técnico;
- Número da(s) ART(s) e data(s) de expedição.

8.2.2. Referências

Citar as referências consultadas, incluindo as páginas eletrônicas com data e hora do acesso.

9. RELATÓRIO TÉCNICO DE INVENTÁRIO FLORESTAL PARA A AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO (ASV)

A elaboração de levantamentos Fitossociológicos/Inventários Florestais pelos empreendedores é indispensável para subsidiar a concessão de Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV), requeridas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental.

Os levantamentos devem possibilitar a verificação e avaliação da fitofisionomia, do estado de conservação da cobertura vegetal, da composição florística e da organização das estruturas horizontais das formações florestais.

Neste contexto, o presente documento tem como objetivo orientar a elaboração do Levantamento Fitossociológico/Inventário Florestal visando à obtenção, junto à SEMARH-GO, da ASV.

A CONTRATADA deverá seguir as determinações e diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e pela SEMARH-GO, e na ausência dela, considerar o IBAMA.

A CONTRATADA deverá prestar todo assessoramento técnico necessário, em consonância ao **item 10 da Parte 2 deste Documento**.

9.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERESSE

Devem ser coletadas e organizadas informações que permitam a caracterização da área de interesse contemplando, pelo menos, a localização, divisão político-administrativa, unidades de conservação e outras áreas legalmente protegidas, linhas aéreas já existentes, principais rodovias, principais cursos d'água, índices de precipitação pluviométrica e temperatura, bioma, relevo e solos. Ênfase deve ser dada a apresentação de informações sobre a cobertura vegetal (tipologias, estado de conservação e principais fatores relacionados à conservação, à preservação e à degradação).

9.2. PLANEJAMENTO DO TRABALHO DE CAMPO

A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as recomendações da SEMARH-GO, e na ausência delas, basear-se nos itens seguintes.

Para pequenas áreas ou áreas antropizadas, com ocorrência de árvores isoladas, deve-se adotar o censo florestal. Para a cobertura vegetal não florestal, basta a caracterização.

Para as Áreas de Preservação Permanente (APP) que apresentarem descaracterização da sua cobertura original, deve-se adotar o censo florestal para levantamento dos remanescentes florestais e, ainda, caracterização da vegetação predominante.

9.3. COLETA DOS DADOS NO CAMPO

Em cada parcela devem ser inventariados todos os indivíduos com cinco ou mais centímetros a 140 centímetros de altura, de modo a compor uma lista de espécies contendo, pelo menos, o nome vulgar, o nome científico, o diâmetro a 140 centímetros de altura e a altura dos indivíduos.

9.4. PROCESSAMENTO DOS DADOS COLETADOS

Os dados coletados no campo proporcionarão o cálculo dos volumes totais e o potencial de utilização como lenha, estacas e toras (inventário florestal). Os dados também devem ser utilizados para a avaliação de parâmetros fitossociológicos, relacionados a cada espécie, como densidade, abundância e dominância de modo a possibilitar o cálculo dos índices de Valor e Importância (IVI) e de Cobertura.

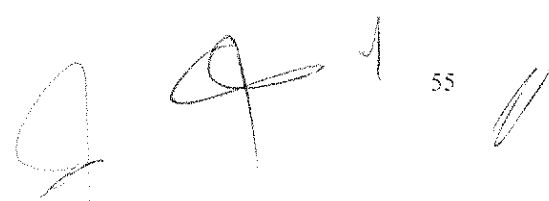
9.5. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO

O relatório técnico deverá conter uma descrição do trabalho abordando, pelo menos, os seguintes elementos:

- Título do estudo;
- Identificação da empresa responsável pelo estudo;
- Equipe técnica (nome, registro no Conselho de Classe competente e responsabilidades no estudo);
- Objetivo/Finalidade do estudo;
- Materiais e métodos – Inventário/Fitossociologia;
- Caracterização da área de estudo;
- Diagrama unifilar do trecho;
- Croqui do local para a supressão da vegetação;
- Relatório fotográfico associando ao local da supressão a ser executada;
- Referências bibliográficas;
- Resultados e discussão; e
- Considerações finais.

10. ASSESSORAMENTO TÉCNICO VISANDO A REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO EXISTENTE DO AEROPORTO E/OU OBTENÇÃO DA(S) LICENÇA(S) AMBIENTAL(IS) PARA INÍCIO DOS PROJETOS E DAS OBRAS

Em consonância com o Art. 19 da Lei 6.938/81, na fase de planejamento da atividade, que neste caso é a intervenção para instalação ou reforma de aeroportos, o órgão licenciador expedirá a licença prévia estabelecendo os requisitos básicos para atendimento nas fases posteriores e atestando a sua viabilidade ambiental.



Durante o período de análise e avaliação, pela SEMARH-GO, da documentação apresentada para obtenção da LP ou para regularização da situação do aeroporto, a CONTRATADA deverá prestar assessoramento técnico ambiental ao CONTRATANTE nas reuniões técnicas planejadas e nas audiências públicas, quando couber. Além disso, a CONTRATADA deverá contemplar em seu assessoramento técnico qualquer esclarecimento ou informação adicional requerida pela SEMARH-GO através de vistoria técnica ou de condicionantes que façam parte do processo para obtenção da Licença.

A CONTRATADA também deverá prestar assessoramento técnico/ambiental ao CONTRATANTE, fangente ao atendimento às demandas das demais Instituições envolvidas no processo de licenciamento ambiental, tais como: IPHAN, FUNAI, ICMBio, Fundação Palmares, INCRA, órgão ambiental estadual e municipal.

Para elaboração de plano ambiental, a CONTRATADA deverá responder qualquer dúvida relativa aos estudos realizados no período de análise e avaliação do mesmo pela SEMARH-GO, através de informações ou documentos complementares solicitados.

11. RELATÓRIO DE ANDAMENTO (RA)

O Relatório de Andamento (RA) não caracteriza-se como documento obrigatório, sendo portanto um instrumento que viabiliza a antecipação de 20% da etapa "versão final", constante **no item 7 da parte 1 deste Documento**, caso seja de interesse da CONTRATADA.

O RA deverá ser emitido à CONTRATANTE quando a execução do(s) serviço(s) demandado(s) alcançar 50%, e deverá ser em arquivo editável, de acordo com **o item 2 da parte 1 do Documento 2** deste Projeto Básico. A Fiscalização deverá proceder a análise técnica do Relatório, interagindo com a CONTRATADA para obtenção das correções que se fizerem necessárias até a aceitação do referido Relatório.

O RA deverá conter o cronograma dos trabalhos já aprovado pela CONTRATANTE, com indicação dos serviços previstos e executados, assim como, as alterações procedidas no plano de trabalho e na equipe. O seu conteúdo será o seguinte:

- índice: indica a paginação do início de cada capítulo;
- apresentação: fornece informações sobre a identificação da empresa, o número e o objeto do contrato, o lote, o aeroporto e a identificação do Relatório;
- mapa de situação: indica o trecho em estudo, os segmentos em destaque e sua situação em relação à região, com sua amarração às principais localidades e à rede de transporte existente;
- desenvolvimento: apresenta detalhadamente, por item de serviço, os trabalhos executados, resultados obtidos e conclusões e soluções recomendadas conforme conceito exposto nos Termos de Referência;
- cronograma geral: indica o desenvolvimento do serviço, por item do escopo básico, previsto e realizado, em porcentagem.
- anexos: deverão ser apresentadas (escaneados) cópias de correspondências relativas ao contrato, atas de reuniões, expedientes sobre alteração de equipes e qualquer outro documento necessário ao acompanhamento dos serviços.
- cópia dos presentes Termos de Referência (escaneado).

12. MELHORES PRÁTICAS E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A CONTRATADA deverá elaborar cartilha com boas práticas e critérios de sustentabilidade para entrega ao Operador/Administrador Aeroportuário. Neste documento deverão conter, no mínimo, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

   56 

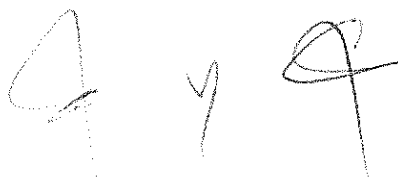
- use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam as classificações e especificações da ANVISA;
 - adote práticas que evitem desperdícios de água potável;
 - implemente um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
 - promova a classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços;
 - adote o uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios;
 - adote práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
 - adote prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;
 - considere os padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
 - forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários para execução dos serviços (EPI's);
 - considere nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental;
- estímule a troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.



ANEXO - DOCUMENTO Nº 3 – LISTA DE AERÓDROMOS

10 (dez) aeródromos regionais localizados nos seguintes municípios:

MUNICÍPIO	UF	PORTE
ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	GO	Pequeno
ANÁPOLIS	GO	Pequeno
CALDAS NOVAS	GO	Médio
CATALÃO	GO	Pequeno
ITUMBIARA	GO	Pequeno
JATAÍ	GO	Pequeno
MINAÇU	GO	Pequeno
PIRENÓPOLIS	GO	Pequeno
PORANGATU	GO	Pequeno
RIO VERDE	GO	Pequeno



DOCUMENTO Nº 02 DO CONTRATO DE SERVIÇOS

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E VALORES

ITEM	QTD	ATIVIDADES	REGIÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	EIA	Estudo ambiental completo que contempla todos fatores de impacto ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico de forma minuciosa, nas áreas de influência direta e indireta do aeroporto, e deverão ser propostos programas ambientais que serão detalhados em plano ambiental (PCA ou PBA). A CONTRATADA deverá fazer levantamento de dados primários in loco, principalmente quanto ao inventário florestal e faunístico. Neste produto também é necessária a realização de audiência pública	EIARIMA	270 (duzentos e setenta) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE	1	un	300.000,00	300.000,00
2	RAS	Estudo ambiental simplificado que contempla todos os fatores de impacto ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico de forma sucinta, nas áreas de influência direta e indireta do aeroporto, e deverão ser propostos programas ambientais que serão detalhados em plano ambiental (PCA ou PBA). A CONTRATADA deverá fazer levantamento de dados primários in loco.	RAS	90 (noventa) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE	5	un	70.000,00	350.000,00
3	RCA	Estudo ambiental simplificado que considera os fatores impactantes ao meio ambiente, nos meios físico, biótico e socioeconômico, pelo funcionamento e pelas intervenções (reforma, ampliação e/ou modernização) do aeroporto, e contempla proposições de programas de controle, mitigação e compensação ambiental que serão detalhados em plano ambiental (PCA ou PBA).	RCA	60 (sessenta) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE	4	un	26.000,00	104.000,00
4	PCA	Plano ambiental que descreve os programas ambientais a serem implementados no aeroporto para controle, mitigação e compensação ambiental, mencionados em estudo ambiental ou no Termo de Referência específico emitido pelo Órgão Ambiental Licenciador. Deverá conter metodologia e cronograma de execução de cada programa ambiental proposto.	PCA	90 (noventa) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE	9	un	20.000,00	180.000,00
5	PBA	Análise do impactos ambientais, elaboração programas ambientais necessários para o licenciamento ambiental que foram informados no estudo ambiental (EIA/RIMA ou RCA) ou no TR do Órgão Ambiental Licenciador, contendo metodologias e cronogramas, e elaboração do Plano Básico Ambiental.	PBA	120 (cento e vinte) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.	1	un	22.000,00	22.000,00
6	PBA-Q	Plano ambiental que descreve os programas ambientais a serem implementados na Comunidade Quilombola para controle, mitigação e compensação ambiental, de forma integral, mencionados em estudo ambiental ou no TR específico emitido pela SEMARH-GO e demais Órgãos interessados no licenciamento. Deverá conter a metodologia e o cronograma de execução de cada programa ambiental proposto.	PBA específico	120 (cento e vinte) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.	1	un	28.500,00	28.500,00

CONTRATO Nº 2014/8593-0001 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A UNIÃO, PELA SUA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL, E A EMPRESA PRÓ-AMBIENTE ASSESSORIA AMBIENTAL LTDA

7	PBA-I	PBA nos moldes do item imediatamente anterior, considerando os impactos ambientais à comunidade indígena localizada nas áreas de influência do aeroporto. Neste PBA deverá conter programas específicos para controle, mitigação e compensação ambiental à comunidade indígena.	PBA Específico	120 (cento e vinte) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.	1	un	28.500,00	28.500,00	
8	ASV	Relatório Técnico de inventário florestal Autorização para Supressão de Vegetação (ASV): Inventário florestal, catalogação de espécies características da vegetação local, exótica, endêmica, rara e em extinção, elaboração de relatório florestal para a Autorização de Supressão da Vegetação	ASV	30 (trinta) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.	5	un	15.000,00	75.000,00	
9	RDA	Relatório do diagnóstico arqueológico e elaboração do programa de prospecção arqueológica	RDA	90 (noventa) dias corridos, a partir do acionamento da demanda pelo CONTRATANTE.	3	un	38.000,00	114.000,00	
								R\$ 1.202.000,00	

9

DOCUMENTO Nº 03 DO CONTRATO DE SERVIÇOS

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO E IMUNIDADE DE TRIBUTOS

IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP-Retenção na Fonte
Declaração de Imunidade-Entidades sem Fins Lucrativos

DECLARAÇÃO

Ilmo. Sr.
(autoridade a quem se dirige)

.....(Nome da entidade), com sede.....(endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à.....(nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é entidade sem fins lucrativos (art. 3, inciso IV, da IN SRF nº480, de 15/12/2004) de caráter.....,a que se refere o art.15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

01. Para esse efeito, a declarante informa que:

- a) preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:
- I. é entidade sem fins lucrativos;
 - II. presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;
 - III. não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;
 - IV. aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
 - V. mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
 - VI. conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
 - VII. apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.

02. O signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art.32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável



DOCUMENTO Nº 03 DO CONTRATO DE SERVIÇOS

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO E IMUNIDADE DE TRIBUTOS

IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP - Retenção na Fonte
Declaração de Imunidade-Inst. Educação e Assist. Social

DECLARAÇÃO DE IMUNIDADE

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

.....(Nome da entidade), com sede.....(endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à.....(nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é instituição de educação ou de assistência social a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997.

1. Para esse efeito, a declarante informa que:

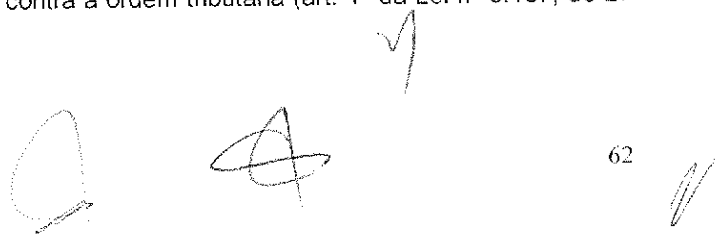
a) preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

- I. é reconhecida como de utilidade pública federal e estadual ou do Distrito Federal ou municipal;
- II. é portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social;
- III. promove assistência social beneficente, inclusive educacional ou de saúde, a menores, idosos, excepcionais ou pessoas carentes;
- IV. é entidade sem fins lucrativos;
- V. apresenta, anualmente, ao órgão do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS jurisdicionante de sua sede, relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior;
- VI. presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado;
- VII. não percebem seus diretores, dirigentes, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, por qualquer forma, por serviços prestados e não usufruem eles vantagens ou benefícios a qualquer título;
- VIII. aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- IX. mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- X. conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- XI. apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- XII. recolhe os tributos retidos sobre os rendimentos pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumpre as obrigações acessórias decorrentes;
- XIII. cumpre os demais requisitos estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento de suas atividades;

b) o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável



DOCUMENTO Nº 03 DO CONTRATO DE SERVIÇOS

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO E IMUNIDADE DE TRIBUTOS

IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP-Retenção na Fonte
Declaração de Isenção – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL)

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

.....(Nome da entidade), com sede.....(endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à.....(nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, nos termos da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

1. Para esse efeito, a declarante informa que:

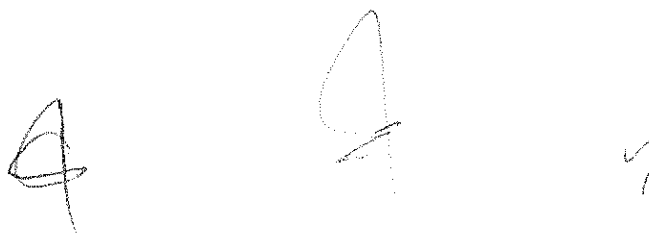
a) preenche os seguintes requisitos:

- I conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- II cumprir as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

b) o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável



DOCUMENTO Nº 4 DO CONTRATO DE SERVIÇOS

RELAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

NOME	FORMAÇÃO	POS-GRADUAÇÃO	FUNÇÃO
Maria de Fátima Tonon	Bióloga	Gestão e manejo ambiental em sistemas florestais	Coordenadora dos estudos. Responsável pela análise dos impactos da parte biótica dos estudos (sócia da empresa)
Tairi Tonon Gomes	Economista	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Responsável pela parte socioeconômica dos estudos. Responsável pela parte dos programas antrópicos dos estudos (sócio da empresa)
Rafael Cassani	Biólogo e Engenheiro Ambiental	Avaliação de Flora e Fauna em Estudos Ambientais	Responsável pela análise dos impactos da parte biótica (fauna) e da parte do meio físico dos estudos (funcionário da empresa)
Michel Aguiar	Biólogo	---	Responsável pela análise dos impactos da parte biótica (fauna) dos estudos (funcionário da empresa).
Flávio Bonatti	Biólogo	---	Responsável pela análise dos impactos da parte biótica (flora) dos estudos (funcionário da empresa).
Jeferson Moura	Desenhista	---	Responsável pela elaboração das plantas ambientais (funcionário da empresa)
Felippe Rodrigues	Estagiário de engenharia	---	Auxiliar nas atividades de campo e na elaboração dos dados da parte física (funcionário da empresa)
Gilmar Tonon	Administração	---	Responsável pela parte administrativa dos levantamentos de campo e das atividades do escritório (funcionário da empresa)

DOCUMENTO Nº 5 DO CONTRATO DE SERVIÇOS

=====

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

=====

Programa Serviços em Infraestrutura ... – n.º da correspondência
Local e data

(NOME DA EMPRESA)
(xxx) xxxxxx
A/C Sr.

Prezado Senhor,



CONTRATO Nº XXX/ - **Prestação de Serviço** - Conforme disposições contratuais constantes do Contrato nº _____ firmado com essa empresa em, / / , solicitamos a prestação do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s):

O(s) prazo(s) máximo(s) para a conclusão do(s) serviço(s) será(ão) conforme a seguir:

DESCREVER O SERVIÇO, DE ACORDO COM O OBJETO A SER CONTRATADO

CONTRATANTE
(carimbo e assinatura)

CONTRATADA
(nome e assinatura)



DOCUMENTO Nº 6 DO CONTRATO DE SERVIÇOS

TERMO DE COMPROMISSO COM O SIGILO DA INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pela _____, CPF nº _____, pelo presente Termo, assumo perante a empresa (prestadora de serviços) _____ o compromisso de manutenção de sigilo sobre as informações a que tenha acesso ou conhecimento no âmbito do Banco do Brasil em razão das atividades profissionais a serem realizadas em decorrência do contrato de trabalho _____.

Comprometo-me a não divulgá-las ou comentá-las interna ou externamente e cumprir as condutas adequadas contra destruição, modificação, divulgação indevida e acesso indevido, sejam acidental ou intencionalmente.

Estou ciente que este Termo refere-se a todas as informações do Banco - dados, processos, informações, documentos e materiais - seja qual for o meio através do qual seja apresentada ou compartilhada: escrita em papel ou nos sistemas eletrônicos, falada em conversas formais e informais, disseminada nos meios de comunicação internos como reuniões, televisão etc.

Este compromisso permanece mesmo após a extinção do contrato de trabalho com a empresa prestadora de serviços.

Declaro que o Banco tem minha permissão prévia para acesso e monitoramento do ambiente de trabalho.

Local e Data - _____, ____ de _____ de ____.

Empresa _____

Identificação do contrato de trabalho -

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Assinatura: _____

Assinatura do Usuário

Autorizado por: _____

preposto da empresa prestadora do serviço

Cargo _____

